

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida Professor Luiz Freire, 500, Cidade Universitária – CEP: 50740-540 – Recife-PE
(81) 2125-1607/1608 – conselho.superior@reitoria.ifpe.edu.br – www.ifpe.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 56 DE 7 DE AGOSTO DE 2019

Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação - Especialização em Educação Ambiental e Cultural do IFPE.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e considerando

- I - o Processo nº 23295.019998.2018-91;
- II - a 3ª Reunião Ordinária de 1º/7/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação - Especialização em Educação Ambiental e Cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), na forma do seu Anexo.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no sítio do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO -
ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL

Recife
2019.1

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'R. M. S.', written in a cursive style.

Reitora

Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Pró-Reitor de Ensino

Assis Leão da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Mário Antônio Alves Monteiro

Pró-Reitora de Extensão

Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão

Pró-Reitor de Integração e Desenvolvimento Institucional

André Menezes da Silva

Pró-Reitora de Administração

Dayanne Rousei de Oliveira Amaral

Diretor do *Campus* Recife

Marivaldo Rodrigues Rosas

Diretor do *Campus* Barreiros

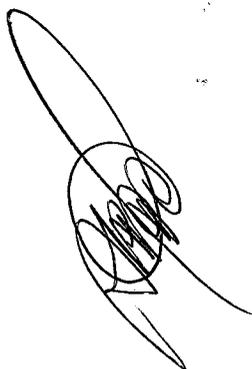
Adalberto de Souza Arruda

Diretora do *Campus* Olinda

Luciana Padilha Cardoso

Diretor do *Campus* Vitória de Santo Antão

Mauro de Souza Leão França



**Comissão de Estruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação
Ambiental e Cultural**
(Portaria IFPE/GR nº 1732/19/12/2018)

Adauto Gomes Barbosa
Ana Alice Freire Agostinho
Nielson da Silva Bezerra
Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos
Wedmo Teixeira Rosa

Marcos Moraes Valença
Coordenador do Curso

Ruth Malafaia Pereira
Pedagoga do Curso

Colaboradora
Maria do Rosário Sá Barreto (*in memoriam*)

Revisão Textual

Carla Ladeira Pimentel Águas



APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural é o primeiro curso *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) de caráter permanente, presencial e *multicampi*.

Este curso é composto por professores pesquisadores dos *campi* Recife, Olinda, Vitória de Santo Antão e Barreiros do IFPE e apresenta uma proposta pedagógica inovadora, pois, além de ser de natureza interdisciplinar e transdisciplinar, envolve duas áreas do conhecimento – meio ambiente e cultura – buscando interpretá-las a partir de um único olhar.

Nasce, então, com o intuito de superar a dicotomia entre essas áreas de conhecimento. Compreende-se meio ambiente como a inclusão do ser humano e este como o criador de culturas – sejam elas materiais e imateriais, ou ainda constituídas por elementos simbólicos e presentes nas relações entre os seres e o meio.

Parte-se de um olhar pós-colonial no processo de construção do curso, de maneira que as vozes e saberes históricos e socialmente invisibilizados de seres subalternos na sociedade hegemônica passam a ser escutados, respeitados e valorizados num diálogo intercultural, com o intuito de produzir a ecologia de saberes (SANTOS, 2002) – através da qual saberes científicos interagem com outras formas de saberes, a exemplo dos artísticos, filosóficos, religiosos, empíricos e tradicionais. Da mesma forma, pretende-se identificar e analisar questões socioambientais e culturais de uma comunidade tradicional – quilombola, indígena, pesqueira – e os seus saberes, epistemologias, valores, culturas, memória, identidade, considerando, sempre que pertinente, os modos e sentidos em que ocorrem os manejos de ecossistemas.

Por possuir uma proposta inovadora, identifica-se a necessidade de formação continuada permanente para o seu corpo docente-pedagógico. Muitos dominam a área socioambiental e necessitam apropriar-se da cultural e vice-versa. Para isso, no processo de sua construção, o ano de 2016 foi voltado à formação continuada entre pares, resultando, dentre outras ações, em visitas a instituições socioambientais e culturais. No ano seguinte, 2017, foi instituída a Comissão de Estruturação do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural. Além da construção da proposta pedagógica e da matriz curricular do curso, esta comissão vem fazendo diagnósticos e elaborando as formações continuadas necessárias para o seu corpo docente-pedagógico nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Cultura.

Com esta formação, o/a educando/a do curso terá possibilidade de atuar com um olhar crítico, criativo e inovador diante da realidade enfrentada, sem desassociar meio ambiente e cultura,



oferecendo uma base epistemológica e empírica para transformá-lo/la num/a educador/a ambiental e cultural, contribuindo para as políticas públicas no âmbito socioambiental, cultural e educacional.

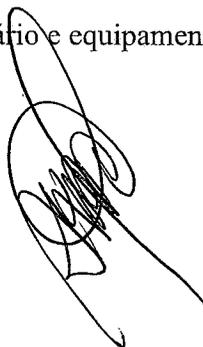
O campo de pesquisa envolverá as comunidades tradicionais em Goiana, Nazaré da Mata, Recife e Olinda, dentre outros lugares que venham a ser objeto de análise no contexto do curso. Espaços que possuem história, cultura, memória e conflitos socioambientais. O Curso de Especialização ofertará vagas também para os sujeitos dos movimentos sociais que possam trazer contribuições relevantes advindas dessa pluralidade de saberes.

Destaque-se, assim, que, a partir de uma concepção contra-hegemônica, será valorizada a história de mobilização e resistência ligada às causas sociais, ambientais e culturais dos sujeitos invisibilizados, tanto na condição de sujeito de investigação, quanto na condição de educando/a do curso. Neste sentido, o Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural pretende tornar-se um espaço vivo de produção e de troca de saberes adquiridos no mundo de diversidade epistemológica. Mundo este, repleto de grupos sociais e culturais possuidores de experiências vivenciadas e de saberes múltiplos e epistemologias singulares, tão importantes e imprescindíveis para se compreender o complexo conhecimento ambiental e cultural existente no mundo quanto os saberes produzidos pela ciência.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned below the end of the text.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 Modelo de Identificação da Instituição Mantenedora
- Quadro 2 Modelo de Identificação da Instituição Proponente
- Quadro 3 Modelo de Identificação do Curso
- Quadro 4 Reformulação Curricular
- Quadro 5 Status do Curso (o curso poderá se encontrar em mais de um status)
- Quadro 6 Matriz Curricular do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural
- Quadro 7 Composição da formação por período acadêmico
- Quadro 8 Relação das atividades complementares do Curso de Especialização em Educação Ambiental
- Quadro 9 Coordenação do Curso
- Quadro 10 Corpo Docente
- Quadro 11 Assistentes Técnico-Administrativos
- Quadro 12 Ambientes administrativos e educacionais disponibilizados para o curso
- Quadro 13 Equipamentos e mobiliário do Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança
- Quadro 14 Mobiliário da sala da Coordenação do Curso
- Quadro 15 Laboratório(s)
- Quadro 16 Infraestrutura da Biblioteca: mobiliário e equipamentos
- Quadro 17 Sala(s) de Aula(s)



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASPE	Assessoria Pedagógica
BIA	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CES	Centro de Estudos Sociais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDEPE- FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CONSUP	Conselho Superior
DE	Dedicação Exclusiva
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EaD	Educação a Distância
EFAB	Escola Agrotécnica Federal de Barreiros
EAFDABV	Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
e-MEC	Sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino de Superior - IES, Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos)
ENECULT	Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
ETFPE	Escola Técnica Federal de Pernambuco
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
INCTI	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MINTER	Mestrado Interinstitucional
NAPNE	Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PICTEC	Programa de Iniciação Científica Técnica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNEXT	Plano Nacional de Extensão Universitária
PPC	Projeto Pedagógico de Curso



PROEJA Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação
Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONEA Programa Nacional de Educação Ambiental

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UC Universidade de Coimbra

UFAL Universidade Federal de Alagoas

UFCG Universidade Federal de Campina Grande

UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco

UnB Universidade de Brasília

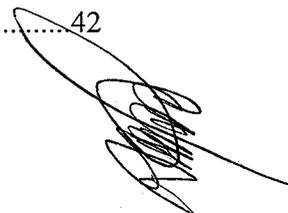
UNEDs Unidades de Ensino Descentralizadas

UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long tail stroke extending downwards and to the right.

SUMÁRIO

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	10
1.1.	Da mantenedora.....	10
1.2.	Da instituição proponente.....	10
1.3.	Do curso.....	11
1.4.	Reformulação curricular	12
1.5.	Status do curso.....	12
2.	JUSTIFICATIVA	14
3.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	16
3.1.	Histórico da Instituição	16
3.2.	Histórico do <i>Campus</i> Recife	21
3.3.	Histórico do <i>Campus</i> Barreiros.....	23
3.4.	Histórico do <i>Campus</i> Olinda.....	25
3.5.	Histórico do <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão.....	26
3.6.	Histórico do <i>Campus</i> Paulista.....	27
3.7.	Processo de formação continuada para a concepção e implantação do Curso.....	28
3.8.	Objetivos	30
3.8.1.	Objetivo geral.....	30
3.8.2.	Objetivos específicos	30
3.9.	Requisitos e formas de acesso.....	31
3.10.	Público-alvo	31
4.	CONCEPÇÃO DO PROGRAMA/CURSO.....	32
4.1.	A contextualização	32
4.2.	O binômio teoria-prática	33
4.3.	A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade	33
4.4.	A Ecologia dos Saberes.....	35
4.5.	O sentipensar.....	36
4.6.	O Bem Viver	37
5.	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	40
6.	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	41
7.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	42
7.1.	Estrutura Curricular.....	42



7.2.	Matriz Curricular.....	43
7.3.	Quadro-síntese da Matriz Curricular.....	44
7.4.	Composição da formação.....	46
7.5.	Ementário.....	48
7.6.	Orientações Metodológicas.....	65
7.7.	Trabalho de Conclusão de Curso.....	67
7.8.	Atividades Complementares.....	70
7.9.	Processo de Avaliação de Aprendizagem.....	75
7.10.	Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	79
7.11.	Acessibilidade.....	77
7.12.	Acompanhamento de Egressos.....	78
7.13.	Certificação.....	79
7.14.	Coordenador do Curso.....	79
7.15.	Corpo Docente.....	81
7.16.	Servidores Técnico-Administrativos.....	83
7.17.	Infraestrutura.....	84
7.17.1.	Instalações e equipamentos.....	84
7.17.2.	Sala da Coordenação.....	87
7.17.3.	Biblioteca.....	87
7.17.4.	Infraestrutura da biblioteca.....	88
8.	REFERÊNCIAS.....	90
9.	APÊNDICES.....	93
9.1.	Programas dos Componentes Curriculares.....	93

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Da mantenedora

Quadro 1 – Modelo de Identificação da instituição mantenedora

Mantenedora	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Sigla	IFPE
Natureza Jurídica	Órgão Público Federal
CNPJ	10.767.239/0001-45
Endereço (rua, nº, bairro)	Avenida Professor Luiz Freire, 500, Cidade Universitária
Cidade/UF/CEP	Recife – Pernambuco – CEP: 50740-540
Telefone	(81) 212 51600
E-mail de contato	gabinete@reitoria.ifpe.edu.br
Sítio	http://www.ifpe.edu.br

1.2 Da instituição proponente

Quadro 2 – Modelo de Identificação da instituição proponente

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Sigla	IFPE
<i>Campus</i>	Curso <i>intercampi</i> envolvendo, além do <i>Campus</i> Recife, os <i>Campi</i> Olinda, Vitória de Santo Antão e Barreiros.
CNPJ	10.767.239/0003-07
Categoria Administrativa	Pública Federal
Organização Acadêmica	Instituto Federal
Ato Legal de Criação	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria



	os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
Endereço	Av. Professor Luiz Freire, 500 – Cidade Universitária
Cidade / UF / CEP	Recife – PE / CEP: 50740-540
Telefone	(81) 21251600
E-mail de contato	dgcr@recife.ifpe.edu.br
Sítio do <i>Campus</i>	www.recife.ifpe.edu.br

1.3 Do curso

Quadro 3 – Modelo de Identificação do Curso

Dados de Identificação do Curso		
1	Denominação	Especialização em Educação Ambiental e Cultural
2	Área de Conhecimento (de acordo com a classificação da CAPES/CNPq)	MULTIDISCIPLINAR
3	Subárea (de acordo com a classificação da CAPES/ CNPq)	90192000 SOCIAIS E HUMANIDADES
4	Nível	Pós-Graduação <i>lato sensu</i>
5	Grau	Especialização
6	Modalidade	Presencial
7	Habilitação ou Ênfase	Especialização em Educação Ambiental e Cultural
8	Titulação	Especialista em Educação Ambiental e Cultural
9	Carga Horária Total (CHT) horas-relógio (h/r)	364,5 h/r + 90h/r (TCC) = 454,5 h/r
1	Carga Horária Total (CHT) Horas-Aula (h/a)	486 h/a + 120 h/a (TCC) = 606 h/a
1	Duração da hora-aula	45 min
1	Forma de acesso	Edital de seleção

1	Pré-requisito para ingresso	Graduação
1	Turno (s)	Vespertino/Noturno
1	Horário do Curso	Sexta-feira (T/N) Sábado (M/T)
1	Número de turmas por turno de oferta	01
1	Número de vagas por semestre	25 vagas
1	Regime de matrícula	Semestral
1	Periodicidade letiva	Semestre letivo
2	Período de Integralização	Mínimo: 1,5 ano; máximo: 3 anos
2	Início do curso/ Matriz Curricular	2019.2

1.4 Reformulação Curricular

Quadro 4 – Reformulação Curricular

Trata-se de: (De acordo com a Resolução IFPE/CONSUP nº 29/2015)	<input checked="" type="checkbox"/> Apresentação do PPC de implantação do Curso <input type="checkbox"/> Reformulação Integral do PPC <input type="checkbox"/> Reformulação Parcial do PPC
--	---

1.5 Status do Curso

Quadro 5 – Status do Curso (o curso poderá se encontrar em mais de um status)

<input checked="" type="checkbox"/> Aguardando autorização do Conselho Superior
<input type="checkbox"/> Autorizado pelo Conselho Superior (Resolução XXX)
<input type="checkbox"/> Aguardando reconhecimento do MEC. Solicitar o Reconhecimento do Curso entre 50% e 75% para integralização da carga horária total.
<input type="checkbox"/> Reconhecido pelo MEC (Portaria nº XXX)
<input type="checkbox"/> Aguardando renovação de reconhecimento

<input type="checkbox"/> Renovação de Reconhecimento pelo MEC (Portaria nº XXX)
<input type="checkbox"/> Aguardando autorização da reformulação integral do Curso pelo CONSUP
<input type="checkbox"/> Autorização da Reformulação Integral do Curso pelo Conselho Superior (Resolução nº XX)
<input type="checkbox"/> Aguardando autorização da reformulação parcial do Curso pela PRODEN
<input type="checkbox"/> Autorização da reformulação parcial do Curso pela PRODEN (Autorização nº XXXX)

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes, positioned to the left of the table.

2 JUSTIFICATIVA

Meio Ambiente e Cultura são áreas que geralmente andam desarticuladas, apesar de serem reconhecidamente complementares entre si, pois interagem e dialogam. Desse modo, como compreender o conceito de meio ambiente sem incluir o ser humano? O ser humano convive com os outros seres vivos do planeta, nessa diversidade ecológica e cultural.

Há uma diversidade de saberes e epistemologias para se compreender o fenômeno socioambiental e cultural. A reconhecida educadora ambiental Michèle Sato faz a seguinte afirmação, no documento do Ministério do Meio Ambiente:

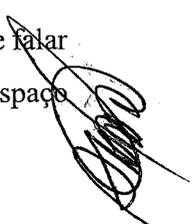
A EA (Educação Ambiental) deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014).

O saber popular, destacado pela autora, apresenta grande valor numa proposta intercultural que opta pela diversidade epistêmica, ao invés de consagrar a monocultura do saber da qual a ciência moderna ocidental se vangloria. Trata-se de uma postura político-pedagógica, a partir da qual se pretende contribuir para a formação da cidadania cultural e planetária.

Essa produção de cidadania consta nas diretrizes do Art. 2º do Plano Nacional de Educação: “V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014).

Nessa discussão sobre as áreas ambiental e cultural, tais dimensões não estão dissociadas. A Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA, estabelecida pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, pelo Art. 2º, caput, e Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, bem como o Programa Nacional de Educação Ambiental-PRONEA, resolvem: “(...) Art. 2º (...): II - quanto à abordagem: a) contextualizar as questões socioambientais em suas dimensões histórica, econômica, cultural, política e ecológica e nas diferentes escalas individual e coletiva; (...)”.

No mesmo programa – PRONEA, os povos tradicionais são evidenciados: “d) valorizar a visão de mundo, os conhecimentos, a cultura e as práticas de comunidades locais, de povos tradicionais e originários” (PRONEA, 2014). Destaca-se que, por conseguinte, esses povos tradicionais e originários são sujeitos de movimentos sociais que foram historicamente e socialmente subalternizados e invisibilizados. Spivak (2010) afirma que o subalterno pode falar de acordo com o contexto em que esteja inserido. Certamente, o curso proposto será um espaço de fala do subalterno.



O curso pretende provocar reflexões sobre contextos nos quais o subalterno pode estar inserido e desenvolver conteúdos emancipatórios dentro de um novo paradigma de educação, com educadoras e educadores trabalhando em conjunto, através da permanente concretização de projetos coletivos interdisciplinares e transdisciplinares, a partir de situações-problema. Nesse contexto, trabalhar um curso numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar pós-colonial é contribuir para a superação da fragmentação do saber e da dicotomia entre teoria e prática, vislumbrando a possibilidade da troca de saberes e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Na proposta do curso, os saberes da ciência se articularão com os saberes tradicionais, artísticos, filosóficos, religiosos, dentre outros. Esta articulação, através de projetos coletivos interdisciplinares e transdisciplinares, partirá da realidade objetiva para promover a ecologia de saberes, nos termos pensados por Santos (2002).

Sublinha-se que Boaventura de Sousa Santos (2002; 2006) afirma que o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar oriundo de diálogos distintos e interculturais, que possibilitam a materialização da ecologia dos saberes, é possível através da pesquisa-ação. Portanto, escolhe-se, como concepção metodológica do curso, a pesquisa-ação.

Chama-se a atenção de que este Curso de Especialização visa também a ampliar o acesso à formação de sujeitos de comunidades tradicionais, o que é uma demanda dos movimentos sociais do campo, para que haja uma qualificação das/dos participantes do movimento, a fim de que possam conhecer, compreender, analisar e modificar sua realidade, visando a processos propositivos dentro do espaço público. Neste contexto, será estimulado um diálogo intercultural que produza a ecologia dos saberes – entre a ciência moderna ocidental e os saberes tradicionais com o intuito de contribuir com a inovação tecnológica advinda da relação entre a tecnologia moderna e a tecnologia tradicional.

Pretende-se formar um/a trabalhador/a e/ou sujeito atuante nos contextos socioambientais e culturais, que se apropriará de saberes múltiplos e singulares, pois o curso apresenta uma proposta diferenciada quanto ao olhar de povos tradicionais e/ou outros sujeitos presentes nas lutas sociais, culturais e socioambientais, com seus saberes e epistemologias. Em contato com a ciência, produzirão a ecologia de saberes e materializarão propostas emancipatórias no contexto vivenciado, nas instituições públicas e privadas e nas políticas públicas.

Trata-se de uma proposta inovadora quanto à construção, concepção político-pedagógica, metodologia, trabalho de campo. Certamente, será um curso que promoverá o prazer cultural tanto nos/as educadores/as quanto nos/as educandos/as.



3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Histórico da Instituição

Observa-se que foi publicada a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituindo a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir daí, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco passou a ser constituído por um total de nove *campi*, a saber: os *campi* de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs); os *campi* Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); o *Campus* Recife (antiga sede do CEFET-PE); além dos *campi* Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, em funcionamento desde 2010. A UNED Petrolina, por sua vez, passou a ser sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Na fase da expansão três, foram instituídos mais sete novos *campi*, a saber: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares e Paulista, os quais iniciaram suas atividades em 2014.

No cumprimento das finalidades estabelecidas pela política pública que instituiu a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFPE assumiu como missão institucional descrita no PDI para o período de 2014-2018:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades com base na indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE/PDI, 2015, p.28).

Tendo também como função social:

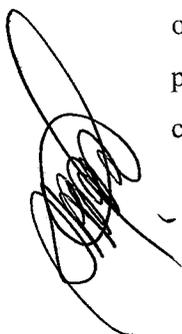
A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e que impulse o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para tanto, deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz (IFPE/PPPI, 2012, p. 36).

A partir desse contexto, as finalidades e características, objetivos e estrutura organizacional do IFPE foram ampliados significativamente. A propósito das finalidades e características, é importante observar o disposto no Art. 6º da Lei nº 11.892:



- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Art. 6º da Lei nº 11.892/2008).

Como é possível observar, o IFPE tem por objetivo fundamental contribuir com o desenvolvimento educacional e socioeconômico do conjunto dos municípios pernambucanos, onde está difundindo o conhecimento a um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações.



Nesses termos, o IFPE coloca-se como um instrumento do Governo Federal para promover a educação pública, gratuita e de qualidade, com desenvolvimento local apoiado numa melhor qualidade de vida e na autonomia intelectual dos seus estudantes. No cumprimento de sua função social, em consonância com esse novo quadro de referência em que se insere o IFPE e diante da atual política do Governo Federal, que atribui aos Institutos Federais a responsabilidade de oferecer cursos de formação de professores, o IFPE tem criado cursos de licenciatura em vários *campi*.

Nesse sentido, já estão em funcionamento, no *Campus* Pesqueira, a Licenciatura em Física e a Licenciatura em Matemática. O *Campus* Belo Jardim oferece a Licenciatura em Música. Nos *Campi* Vitória de Santo Antão, Barreiros e Ipojuca, funcionam, desde o período 2011.1, os cursos de Licenciatura em Química.

O IFPE também possui experiência na oferta de cursos de Licenciatura na modalidade de Educação a Distância (EaD). Atualmente, estão em funcionamento os cursos de Geografia e Matemática. Essa experiência de oferta de cursos de formação de professores reforça ainda mais a missão deste Instituto de oferecer educação pública, gratuita e de excelência, conforme consta no seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2015.

Por sua vez, o IFPE *Campus* Recife vem ampliando sua oferta na Educação Superior. Inscreve-se nesse cenário a oferta do Curso de Licenciatura em Geografia a partir do semestre 2011.2, constituindo a primeira licenciatura presencial ofertada no referido *campus*. Nessa mesma perspectiva, a consolidação crescente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, oferecido pelo IFPE desde 2001, com um número expressivo de pesquisas concluídas e em andamento e a oferta do mestrado profissional na mesma área, constitui um exemplo da maturidade da Educação Superior na Instituição, particularmente no que se refere à tríade ensino-pesquisa-extensão. O IFPE *Campus* Recife também oferta os Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Design Gráfico, Gestão de Turismo, dentre outros.

Além dessa experiência na oferta de cursos superiores, atualmente o IFPE vem procurando consolidar sua atuação na pós-graduação. Nesse sentido, estão em andamento alguns cursos de Pós-Graduação em diferentes *campi*, seja *lato sensu*, seja *stricto sensu*, a saber:



Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*:

- Curso de Especialização em Gestão Pública (*Campus EaD*);
- Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (*Campus Caruaru*);
- Curso de Especialização em Gestão e Qualidade em Tecnologia da Informação e Comunicação (*Campus Jaboatão*);
- Curso de Especialização em Especialização Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes (*Campus Jaboatão*);
- Curso de Especialização em Ensino da Matemática para o Ensino Médio (*Campus EaD*);
- Curso de Especialização em Ensino de Ciências (*Campus EaD*);
- Curso de Especialização em Matemática (*Campus Barreiros*);
- Curso de Especialização em Inovação e Desenvolvimento de Software para WEB e Dispositivos Móveis (*Campus Garanhuns*);
- Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Logística (*Campus Santo Agostinho*).

Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*:

- Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (*Campus Olinda*);
- Curso de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (*Campus Recife*).

No que concerne à pesquisa, há grupos de pesquisa cadastrados no IFPE e certificados no CNPq, os quais contam com a participação de servidores e discentes de todos os 16 (dezesseis) *campi* do IFPE, além da Reitoria e da EaD. Com essa oficialização e produção de pesquisa, a Instituição passou a ser reconhecida pela comunidade científica, o que tem possibilitado ampliar parcerias com instituições de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), entre outras.



Nesses grupos de pesquisa ativos, há a participação de servidores do IFPE em todas as áreas do conhecimento. No que se refere aos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica, a Instituição mantém 05 (cinco) programas, todos com concessão de bolsas de iniciação científica: Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA); Programa de Iniciação Científica (PIBIC); Programa de Iniciação Científica Técnica (PICTEC); Programa de Iniciação Científica Ações Afirmativas (PIBIC-AF); e Programa de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Todos os anos, são concluídas pesquisas de estudantes dos cinco programas e novos estudantes ingressam nesses programas. No ano de 2018, uma média de 340 bolsistas, distribuídos por todos os *campi*, concluíram os seus planos de trabalhos.

Em relação à Extensão, o IFPE pauta sua ação no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEExt), aprovado em 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, e que se configura como o principal documento sobre a Extensão Universitária Brasileira, na vigência do PNE 2011-2020.

A Extensão, como atividade acadêmica articulada ao Ensino e à Pesquisa, visa atender às demandas sociais existentes, buscando intercâmbio e parcerias nas diversas áreas temáticas dos cursos que atualmente constituem como prioridades estratégicas para a Extensão, de maneira a contribuir para a qualificação profissional, em observância à diversidade, característica da sociedade em que o IFPE está inserido. Algumas ações são desenvolvidas no âmbito do curso. Projetos Sociais - projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela. Cursos de Extensão - ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com carga horária mínima e com critérios de avaliação definidos, de oferta não regular. Estágio e Emprego - compreendem todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio.

Em consonância com esse novo quadro de referência em que se insere o IFPE e diante da atual política do Governo Federal, que atribui aos Institutos Federais a responsabilidade de oferecer cursos de bacharelado, a Instituição vem ampliando a oferta das Engenharias. Inscrevem-se, nesse cenário, os cursos atualmente em funcionamento: o Curso de Engenharia de Produção Civil, no *Campus* Recife, iniciado em 2008.2, posteriormente transformado em Engenharia Civil (2015) e o Curso de Engenharia Mecânica; o Curso de Engenharia Mecânica no *Campus* Caruaru, cujo início ocorreu em 2012.1, e os cursos de Engenharia Elétrica nos *Campi* Pesqueira e Garanhuns, cujo início ocorreu em 2016.2.



3.2. Histórico do *Campus Recife*

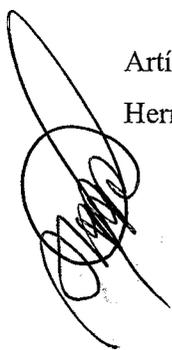
Em 23 de setembro de 1909, pelo Decreto nº 7.566, o Presidente Nilo Peçanha criava em cada uma das capitais dos estados do Brasil uma escola de aprendizes artífices, destinada a ministrar o ensino profissional primário gratuito. As escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. O aluno deveria ter idade entre 10 e 13 anos para ingresso no curso que seria oferecido sob o regime de externato, funcionando das 10 às 16 horas. A inspeção das Escolas de Aprendizes Artífices ficava a cargo dos Inspetores Agrícolas, uma vez que não existia Ministério da Educação e Cultura.

A Escola de Pernambuco iniciou suas atividades no dia 16 de fevereiro de 1910, estando assim lavrada a ata de inauguração do estabelecimento:

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e dez, no edifício da Escola de Aprendizes Artífices, sita no Derby, presente o Dr. Manuel Henrique Wanderley, diretor da aludida escola, Deputados Federais, doutores Estácio Coimbra, Leopoldo Lins, Ulysses de Mello, chefe de Polícia Coronel Peregrino de Farias, representantes de jornais diários, Capitães de Fragata, Capitão do Porto, representantes do Comandante do Distrito Militar e muitas pessoas de nossa melhor sociedade, foi inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices. O Dr. Diretor usou da palavra e, depois de agradecer o comparecimento das pessoas e ter mostrado a necessidade de tão útil instituição, declarou inaugurada a Escola. Ninguém mais querendo usar da palavra foi encerrada a sessão, após o discurso do Dr. Diretor. E, para constar, Manoel Buarque de Macêdo, escriturário da aludida Escola, lavrei a presente ata que assino. (FONSECA, 1961, p. 49)

No primeiro ano de funcionamento (1910), a Escola teve uma matrícula de setenta alunos, com uma frequência regular de apenas 46 alunos. O professor Celso Suckow da Fonseca diz que "os alunos se apresentavam às escolas com tão baixo nível cultural que se tornou impossível a formação de contramestre incluída no plano inicial de Nilo Peçanha". O pouco preparo e as deficiências na aprendizagem deviam ter como causa principal o tipo de estudantes recrutados que, de acordo com as normas adotadas, deviam ser preferencialmente "os desfavorecidos da fortuna". Desse modo, as escolas tornaram-se uma espécie de asilo para meninos pobres. Talvez os próprios preconceituosos do país, ainda impregnados da atmosfera escravocrata e com grande preconceito com relação às tarefas manuais, tenham determinado essa exigência.

Numa breve notícia sobre a estrutura e o regime didático das Escolas de Aprendizes Artífices, tal como estabelecia o Decreto nº 9.070, de 25.10.1911, assinado pelo presidente Hermes da Fonseca, que foi o segundo diploma legal referente a essas Escolas, encontramos os



seguintes dados: idade para ingresso - 13 anos no mínimo e 16 anos no máximo; número de alunos para cada turma - aulas teóricas até 50 alunos, oficinas até 30 alunos. Havia uma caixa de Mutualidade para ajudar os alunos (espécie de Caixa Escolar) e o ano escolar teria a duração de dez meses. Os trabalhos das aulas e oficinas não poderiam exceder a quatro horas diárias para os estudantes do 1º e 2º anos e de seis horas para os do 3º e 4º anos.

As Escolas de Aprendizes Artífices, conservando o caráter de instituição destinada aos meninos pobres, foram reformuladas em 1918 (Decreto nº 13.064, de 12 de junho), não havendo, contudo, grandes modificações. Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices, pela Lei 378, de 13 de janeiro, passaram a ser denominadas Liceus Industriais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) veio modificar completamente as antigas Escolas de Aprendizes Artífices, que passaram a oferecer ensino médio e, aos poucos, foram se integrando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir de 1942, o ensino industrial, abrangendo os dois ciclos, básico e técnico, foi se ampliando, passando a ser aceito como necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Em 1959, a Lei nº 3.552 ofereceu estruturas mais amplas ao ensino industrial, sinalizando para uma política de valorização desse tipo de ensino. Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e, na sequência, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ao focalizarem na expansão e melhoria do ensino, também contribuíram para a reformulação do ensino industrial.

Durante esse longo período, a Escola do Recife recebeu denominações sucessivas: "Escola de Aprendizes Artífices", "Liceu Industrial de Pernambuco", "Escola Técnica do Recife", "Escola Técnica Federal de Pernambuco" e "Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET/PE)". Muitas vezes, a mudança de denominação acompanhou também mudanças de endereço. Ao longo de sua história, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (assim denominado na atualidade) já funcionou em três locais: 1910-1923 teve como sede o antigo Mercado Delmiro Gouveia (local onde está atualmente o Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no Derby); a segunda sede foi a parte posterior do antigo Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora; a partir do início do ano letivo de 1933, passa a funcionar na rua Henrique Dias, 609, no Derby, sendo a sede oficialmente inaugurada em 18 de maio de 1934. Atualmente, desde 17 de janeiro de 1983, funciona em nova sede na avenida Professor Luís de Barros Freire, 500, no Bairro do Curado, em instalações modernas, projetadas e construídas com o esforço conjunto de professores, funcionários e alunos. A nova sede está



implantada num terreno de 130.000 m². Tem uma área construída de 25.035 m², dos quais 16.000 m² já se encontram construídos, restando, para construção, 9.035 m². É nesse local que, finalmente, nasce o “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)”. Dentre as unidades que compõem atualmente o IFPE, o *Campus Recife* é aquela que tem história mais longeva.

Outra modificação importante ocorreu no ano de 1959 – Lei nº 3.552 –, com a ampliação das estruturas do ensino profissional industrial. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – e a de Expansão e Melhoria do Ensino – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – também reformularam o ensino profissional no Brasil. Nesse sentido, com as mudanças supracitadas, o atual *Campus Recife* do IFPE recebeu as denominações sucessivas de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola de Ensino Industrial do Recife, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco – ETFPE (à época da última denominação, contava com as unidades descentralizadas de Petrolina e Pesqueira).

Em 1999 – através do Decreto s/n de 18/01/1999 –, a ETFPE recebe a denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE), ampliando seu portfólio de cursos, podendo também atuar na Educação Superior (cursos de formação de tecnólogos, licenciaturas, pós-graduação lato e stricto sensu).

No processo de transformação da ETFPE para o CEFET-PE, a UNED Petrolina, em fusão com a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela – EAFDABV (Decreto Presidencial de 26 de novembro de 1999), passou a compor o CEFET Petrolina. A UNED Pesqueira, no Agreste Central – Portaria Ministerial nº 1.533, de 19/10/1992 –, bem como a UNED Ipojuca – Portaria Ministerial nº 851, de 03/09/2007 –, na Região Metropolitana do Recife, passaram a compor, junto com a UNED Recife, o CEFET-PE. A constituição histórica do IFPE se deu igualmente com a integração das escolas agrotécnicas federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão ao CEFET-PE (Recife, Pesqueira e Ipojuca).

3.3 Histórico do *Campus Barreiros*

A história do *Campus Barreiros* do IFPE começou em 1923, quando o então presidente Arthur Bernardes criou o Patronato Agrícola Dr. João Antônio Coimbra na Vila Tamandaré – Decreto nº 16.105, de 21 de julho –, no município de Rio Formoso.

Em 1934, a escola passou a chamar-se Aprendizado Agrícola João Coimbra. Oferecia então o Curso de Iniciação Agrícola, que conferia ao estudante a formação em capataz rural. Apenas em 1941 o Aprendizado Agrícola foi transferido para a Fazenda Sapé, no município de Barreiros. Com o Decreto nº 22.506, de 22/01/1947, a denominação da Instituição mudou para Escola Agrícola João Coimbra. Além do Curso de Iniciação Agrícola, passou a ofertar também o Curso em Mestria Agrícola. Três anos mais tarde, houve nova mudança em sua denominação, passando a Ginásio Agrícola João Coimbra, e novo curso – o de Técnico Agrícola – somado aos já oferecidos. Com o Decreto nº 53.558, de 13/02/1964, modificou-se mais uma vez sua denominação, passando a Colégio Agrícola João Coimbra. Na época, eram oferecidos os cursos Ginásial Agrícola e Técnico Agrícola.

Já em 1967, os formados pela instituição passaram a ser denominados de técnicos agrícolas. A partir de 1968, as instituições de ensino agrícola passam a ser subordinadas ao Ministério da Educação. A denominação Escola Agrotécnica Federal de Barreiros (EAFB) foi estabelecida pelo Decreto nº 83.935, de 04/09/1979.

Em dezembro de 2008, trinta e um centros federais de educação tecnológica (CEFETs), setenta e cinco unidades descentralizadas de ensino (UNEDs), sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades, além de trinta e nove escolas agrotécnicas – entre as quais a antiga EAFB –, deixaram de existir, passando a compor os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dessa forma, passava a existir o *Campus* Barreiros do IFPE.

3.4 Histórico do *Campus* Olinda

Por ocasião da terceira expansão do IFPE, o poder público e a sociedade local fizeram uma discussão para definir o perfil do *campus* a ser inaugurado em 2014, tendo-se decidido por cursos técnicos em áreas como produções culturais, bem como cursos técnicos de computação gráfica e artes visuais. Contemplada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das cidades históricas com uma verba de 61 milhões para requalificação de igrejas e monumentos, Olinda, cidade que carrega o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade desde 1982, demandará profissionais com habilidades específicas, podendo atuar antes, durante e após a execução das obras.

Nesse quadro de referência, catorze monumentos tombados cujas histórias se misturam com a memória da cidade, entre eles, Mercado Eufrásio Barbosa (século XVII), Cine Duarte Coelho (1941), Teatro Bom Sucesso (1970) e Casarão Herman Lundgreen (século XIX), receberão os benefícios da requalificação, transformando-se em equipamentos urbanos culturais destinados à produção de eventos corporativos e da prefeitura, espaços digitais, espaços de



exposição, comércio, shows, escola de cine teatro. Esses ambientes demandam aptidões profissionais relacionadas às atividades citadas acima.

Dessa forma, o Curso de Computação Gráfica passa a se configurar como um novo ambiente de formação humanística, acadêmica e profissional, onde se desenvolvem atividades correlacionadas às ações culturais, tais como: tratamento de som, imagem e efeitos especiais, produção textual, criação de roteiro, ilustração e animação, desenho assistido por computador, desenvolvimento de aplicativos e conteúdo para web e maquetes eletrônicas. Segundo a Secretaria de Educação, Esportes e Juventude, ao longo do processo de implantação do Curso de Computação Gráfica no IFPE *campus* Olinda, foi realizado um estudo preliminar pelas equipes desta Secretaria e pela Secretaria de Turismo, Desenvolvimento e Tecnologia, baseado nos dados da Secretaria da Fazenda e Administração de Olinda e relatórios da AD-DIPER e CONDEPE-FIDEM.

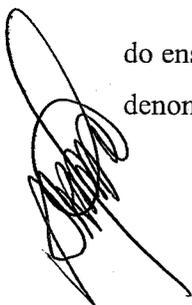
Ante o exposto acima, o objetivo da Instituição é ofertar cursos à comunidade local e das cidades vizinhas para o mundo de trabalho. Após o levantamento feito pelo IFPE, foram apontados sete eixos que necessitam de demanda por capacitação profissional no município, entre eles, o eixo Informação e Comunicação, no qual se insere o Curso de Computação Gráfica. Os demais eixos são: Segurança; Ambiente e Saúde; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Produção Cultural e Design; Gestão e Negócios.

3.5 Histórico do *Campus* Vitória de Santo Antão

O *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, antiga Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão, foi fundado em 02 de junho de 1954 pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, com base na Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 e pelo Artigo 17º da Lei Nº 1.765, tendo sido transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O *Campus* Vitória de Santo Antão está localizado na zona rural da cidade de Vitória de Santo Antão, na mesorregião Mata-Centro, no estado de Pernambuco, distante 2 km do centro comercial e 1,4 km da BR 232, principal rodovia do estado, ocupando uma área de 124 hectares, tendo inclusive uma área de reserva de mata atlântica.

Da sua fundação até a data atual, o *Campus* Vitória, acompanhando as transformações do ensino agrícola no país, passou por inúmeras mudanças, inclusive no que diz respeito à sua denominação e missão:



- Em 1954, quando foi fundado, ofertava o Curso de Economia Doméstica e tinha como nome Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica;
- Em 1962, passou a ofertar cursos agrícolas de 1º e 2º ciclos e cursos de aperfeiçoamento e passou a denominar-se Colégio de Economia Rural Doméstica;
- Em 1979, implantou o Curso de Agropecuária e continuou ofertando o Curso de Economia Doméstica, passando então a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão;
- Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, por meio da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão, junto com o CEFET-PE e suas UNED de Ipojuca e Pesqueira, e as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros e Belo Jardim, passam a compor o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.

O *Campus* Vitória localiza-se na Mata Sul do estado de Pernambuco, que compreende uma área de 5.208,6 km² (5,26% do território estadual). Sua população, que era de 665.846 habitantes em 2000 – a maioria urbana –, apresenta baixa taxa de crescimento devido ao fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos, onde se acomodam na periferia em habitações precárias e na sua maioria subnormais (PDI, 2009).

Dentre os municípios da Mata Sul, Vitória de Santo Antão destaca-se por ser o mais populoso e por apresentar tendência à diversificação de atividades econômicas, com destaque para a fruticultura, o plantio de seringueiras, a pecuária, a indústria de transformação, o comércio varejista e a prestação de serviços.

Sendo assim, o IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão direciona seu ensino de acordo com a realidade local. Nesta instituição de ensino, os estudantes têm as seguintes opções de cursos técnicos integrados: Agropecuária, Agroindústria e dois na modalidade de Educação de Jovens de Adultos - PROEJA, sendo um em Agricultura e outro em Manutenção e Suporte de Computadores; e ainda três cursos técnicos na modalidade subsequente em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria. Este *Campus* apresenta uma característica bastante peculiar, pois além de proporcionar uma educação profissional de qualidade, dispõe de infraestrutura física satisfatória, o que possibilita alojamentos para os estudantes residentes, bem como alimentação, transporte e fardamento para todos os discentes.

O *Campus* também oferece atividades de lazer para os estudantes e servidores, pois é provido de um ginásio poliesportivo, uma quadra de vôlei de praia, um campo de futebol, uma sala de jogos de salão, uma sala de dança e uma academia de musculação. A grande maioria dos estudantes é oriunda da zona rural, seus familiares trabalham no campo e possuem baixo poder aquisitivo. O IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão surge como mais uma oportunidade

de promover, através da educação, a ascensão social dessa população menos favorecida economicamente.

Atualmente, o IFPE conta com dezesseis *campi*, dos quais três ofertam cursos na área agrícola (Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão) e os demais ofertam cursos na área industrial e de serviços dentre outras. (Recife, Abreu e Lima, Cabo, Igarassu, Jaboatão, Olinda, Palmares, Paulista, Ipojuca, Pesqueira, Caruaru, Garanhuns e Afogados da Ingazeira).

De acordo com seu PDI, o IFPE tem como missão:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE, PDI, 2009).

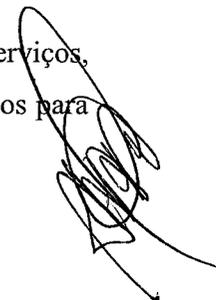
Com a nova institucionalidade, as instituições que formaram o IFPE aumentaram suas possibilidades de oferta de cursos, podendo implantar tanto os de nível técnico como novos cursos de nível superior. Então, o *Campus* Vitória optou por manter seu perfil agrícola, amparado no objetivo de promover a inclusão do homem do campo no processo de educação profissionalizante e na antiga missão de formar profissionais qualificados, competentes e capacitados, com uma visão crítica e responsável, capazes de exercer a cidadania, em sintonia com o mundo do trabalho em constantes transformações, atuando como instituição formadora e como um centro de referência em educação profissional.

3.6 Histórico do *Campus* Paulista

O IFPE-*Campus* Paulista, assim como os *campi* Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Palmares, faz parte da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.195/2005.

Fruto de um compromisso firmado entre o governo federal e o poder executivo municipal em agosto de 2011, o *Campus* Paulista foi inaugurado no dia 16 de outubro de 2014, com sede provisória nas instalações da Faculdade de Saúde de Paulista – FASUP. Como planejamento estratégico para atender melhor a demanda local, o IFPE contratou uma consultoria para levantar as necessidades do mercado da região e realizou uma audiência pública no município para ouvir os interesses da população.

Hoje, no município de Paulista, predominam atividades ligadas aos setores de serviços, comércio e indústria. O turismo também é responsável pela atração de empreendimentos para o município com a implantação de hotéis, restaurantes, pontos comerciais e marinas.



Nesse cenário, o *Campus Paulista* oferece, atualmente, o curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, os cursos técnicos subsequentes de Administração e de Manutenção e Suporte em Informática, os cursos de qualificação profissional (PROEJA) de Assistente Administrativo e de Operador de Computador, além de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

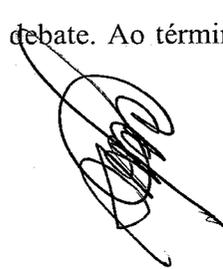
3.7 Processo de formação continuada para a concepção e implantação do Curso

No ano de 2015, iniciaram-se os encontros para a construção de uma nova proposta de curso de pós-graduação *lato sensu*. Num deles, foi apresentada a proposta do Encontro de Saberes, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, sediado na Universidade de Brasília (UnB), que apresenta uma proposta realizada em sete universidades brasileiras, na Educação Superior, onde um acadêmico com titulação de doutorado ministra aula junto com um/a mestre de saberes tradicionais – recebendo o mesmo valor monetário para tais atividades.

No ano seguinte, 2016, o corpo docente do curso em construção se reunia com o propósito de discutir sobre qual o curso que se imaginava construir e partiu-se para estudar e refletir sobre temáticas que abordassem as áreas de Cultura e Meio Ambiente. Além desse propósito, houve também visitas a exposições e espaços de destaque relacionados às áreas de conhecimento do curso, como descritas a seguir.

Durante um dos primeiros encontros, foi exibido um filme sobre Margareth Mee, desenhista britânica com rica vivência na região amazônica, que contribuiu para os biólogos e profissionais da área ambiental. Após a exibição do filme, duas educadoras analisaram o conteúdo do filme, com olhares distintos: uma, da área da Arte; outra, da área ambiental. Em outro encontro, um curta, “Vida Maria”, foi assistido pelo corpo docente e, em seguida, houve as primeiras discussões a respeito da concepção e formato do curso.

No encontro seguinte, um professor de Geografia Cultural apresentou discussões sobre Meio Ambiente e Cultura contextualizadas nos Parques Estaduais da Bahia, onde sujeitos de religiões de matriz africana reivindicaram espaços para realizarem suas manifestações religiosas e foram contemplados através de políticas públicas. Houve, noutro mês, uma visita à exposição do artista plástico André Soares, em João Pessoa, que trabalha com lonas e madeiras. Após a sua exposição, a produtora cultural do artista exibiu para o corpo docente do curso em construção dois filmes de temática socioambiental, que provocaram um debate. Ao término, os/as educadores/as fizeram uma contribuição para a obra do artista.



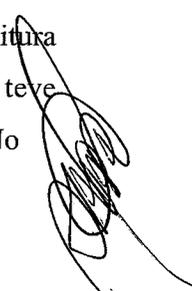
Destaque-se ainda uma visita ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da cidade de Olinda, cujo responsável fez uma apresentação sobre os patrimônios históricos e culturais da cidade; houve uma exposição sobre os moradores de Olinda e uma explanação sobre a função daquela instituição. No mesmo dia, visitou-se o Convento de São Francisco, onde os aspectos culturais foram destacados, bem como a preocupação com o meio ambiente.

Ainda na mesma ocasião, um dos encontros emblemáticos foi a apresentação do brincante de Cavalo Marinho Fabinho Soares, neto de um mestre desta manifestação cultural, Biu Alexandre. O brincante fez um trabalho artístico solo no qual representava alguns dos personagens do Cavalo Marinho. Ao término da apresentação, dialogou com o corpo docente sobre o contexto do homem da Zona da Mata. O último encontro do ano foi conduzido por um dos professores, através de uma dinâmica que abordava a ancestralidade.

No ano de 2017, foi constituída a comissão que, além da construção da proposta pedagógica do curso, vem planejando e executando formação continuada para o corpo docente-pedagógico. No início do primeiro semestre, houve uma formação com professores do IFPE e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) que trabalharam as temáticas Ecologia de Saberes e Análise de Discurso.

No final do primeiro semestre, houve três dias de formação sobre Educação Ambiental e Cultural com cinco convidados: uma quilombola do Quilombo Engenho Siqueira, que abordou a relação da identidade cultural, problemas socioambientais e a resistência daquela comunidade; uma agricultora do Assentamento de Flor de Ximenes - Barreiros - PE, que abordou a relação com a Agroecologia e a resistência das mulheres naquela comunidade; uma ex-professora do IFPE que dirige uma ONG, que apresentou e provocou reflexões sobre a Educação Ambiental e Cultural; uma produtora cultural do estado do Ceará, ex-diretora do teatro José de Alencar, que através do tema renda provocou uma viagem no imaginário dos/as educandos/as, estimulando ricas reflexões; e, por fim, um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, consagrado na academia na área de Educação Ambiental, que sensibilizou a todos/as sobre o que é atuar como educador/a ambiental.

Ainda no ano de 2017, houve uma visita de campo com o corpo docente na cidade patrimônio de Olinda. Nessa visita, a artista plástica Ana Veloso recebeu o grupo em seu ateliê e dialogou sobre arte, sobre as exposições que havia realizado, dentre outros temas. Em seguida, o secretário de Cultura e Sustentabilidade do referido município expôs as ações da Prefeitura ao corpo docente, no museu do Mamulengo. Ao término da fala do secretário, o grupo teve visita guiada naquele equipamento cultural, que representa a cultura popular nordestina. No



mesmo dia, o corpo docente visitou o Convento de São Francisco, que foi apresentado por um frei franciscano.

Por fim, o grupo seguiu para o Palácio de Iemanjá, patrimônio imaterial de Olinda, onde houve uma aula sobre as religiões de matrizes africanas – candomblé e jurema – liderada pela sua Ialorixá. A visita foi finalizada na sede do Homem da Meia Noite, patrimônio vivo, onde houve um diálogo com o seu presidente.

Chama-se a atenção de que, em maio de 2017, dois professores da comissão do curso em construção participaram do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais, no Rio de Janeiro, e, em setembro, um dos professores da comissão foi para o XIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), em Salvador-BA. Os eventos na área cultural contribuíram para a construção do curso e para a efetivação de contato com pesquisadores/as, gestores/as e fazedores/as de cultura.

Neste ano de 2018, a comissão do Curso de Especialização deu continuidade à construção deste projeto pedagógico, e houve uma parceria com a Fundação Artística e Cultural de Pernambuco (FUNDARPE), durante a Semana do Patrimônio de Pernambuco, quando o corpo docente-pedagógico participou de palestras no Museu do Trem. Além desse evento, houve também formação em comunicação popular, ministrada por professores do próprio curso.

Chama-se a atenção de que o corpo docente do curso de especialização, em construção, também irá apresentar o curso a sujeitos de instituições socioambientais e culturais, ONGs e movimentos sociais.

3.8 Objetivos

3.8.1 Objetivo Geral

Formar o/a educador/a ambiental e cultural na perspectiva crítica pós-colonial.

3.8.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar ao/às educandos/as do curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural a construção de saberes científicos com respeito e diálogo com a diversidade epistemológica existente no mundo – oriunda de comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e de outros grupos sociais invisibilizados – para atuarem como gestores/as e técnicos/as socioambientais/culturais, bem como produtores/as culturais e artísticos/as.
 - Promover uma formação que propicie a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no diálogo de diversos saberes.
- 

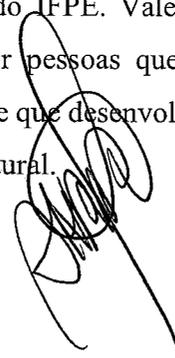
- Conhecer e aplicar os conceitos sobre cidadania planetária e cultural na formação do sujeito ecológico.

3.9 Requisitos e formas de acesso

O acesso ao Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural do IFPE, no *Campus* Recife, dar-se-á mediante processo público de seleção regulamentada por edital específico.

3.10 Público-Alvo

Profissionais com formação superior em diferentes áreas do conhecimento, envolvendo educadores/as, gestores/as e técnicos/as socioambientais; gestores/as e técnicos/as culturais; produtores/as culturais e artistas; egressos dos cursos superiores do IFPE. Vale frisar que, considerando a formação acima, o público-alvo é constituído por pessoas que atuam ou pretendem atuar com/nos movimentos sociais do campo e da cidade e que desenvolvam ou que pretendam desenvolver atividades relacionadas à área ambiental-cultural.



4 CONCEPÇÃO DO PROGRAMA/CURSO

A proposta pedagógica do Curso de Especialização *lato sensu* em Educação Ambiental e Cultural está fundamentada em bases filosóficas que compreendem o processo de ensino-aprendizagem na relação dialógica, expressa no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme preceituam a missão e função social do IFPE. Nesse sentido, a concepção de ensino-aprendizagem subjacente à prática pedagógica docente compreende essa tríade não como elementos isolados, mas como integrantes de um único processo. O conhecimento, enquanto atributo humano, inscreve o ensino-pesquisa-extensão em uma lógica que resulta no diálogo entre epistemologia, teoria, metodologia e prática, sem desconsiderar a dimensão ontológica nos âmbitos social, histórico e cultural.

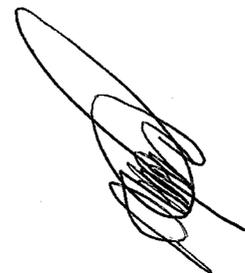
A ideia-força da formação tem como fundamento uma abordagem prático-reflexiva que enfatiza o/a educador/a como um/a profissional que mobiliza e produz saberes em sua atividade, atuando de modo autônomo, reflexivo, criativo, transformador e propositor, em um movimento que amplia a consciência de sua ação no exercício da própria prática.

Assim, a organização do curso tem como aporte teórico, filosófico, pedagógico, político e ideológico, princípios tais como: a **contextualização**; a **inter** e a **transdisciplinaridade**; a **articulação entre teoria e prática**; a **ecologia dos saberes**; o **sentipensar** e o **bem viver**.

4.1 A contextualização

O desafio de formar educadores/as ambientais e culturais na perspectiva pós-colonial, com propósito de produção da cidadania, da humanização dos sujeitos e da formação científica, requer como fundamento uma concepção de ensino que privilegie o (re)conhecimento de uma realidade repleta de grupos sociais, com diversidade epistemológica e cultural. Nessa concepção de mundo e educação, produz-se a análise reflexiva sobre essa realidade para, a partir daí, agir para transformá-la ou pelo menos indicar caminho(s) para superação das dificuldades.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o currículo contemple não apenas a formação em termos de saber acadêmico em si mesmo, mas que também seja pautado na perspectiva da formação do sujeito social, que busca compreender criticamente o mundo e o lugar onde vive como realidades inseparáveis. No contexto atual, em que a realidade é marcada por uma forte imbricação entre o local e o global, os eventos do cotidiano que se manifestam no lugar, seja sob o olhar ambiental, seja sob o olhar cultural, devem ser vistos como parte de um mesmo contexto. Eis um diferencial deste curso.



Desse modo, a ecologia dos saberes, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade do conhecimento configuram-se como princípios pedagógicos que conduzem à aprendizagem significativa. Além disso, a intencionalidade e a direção do processo formativo não podem prescindir de uma *práxis* pedagógica alicerçada no diálogo e em uma metodologia orientada para abordagens teóricas e práticas capazes de promover uma aprendizagem significativa e contribuir efetivamente para a construção de conhecimentos e saberes necessários aos/as educadores/as em formação. Trata-se, portanto, de uma abordagem que privilegia a articulação teoria-prática.

4.2 O binômio teoria-prática

A aquisição e a construção de uma postura crítica e reflexiva sobre a realidade envolvem uma ação contínua que contempla tanto a utilização de conhecimentos de natureza teórica e prática quanto a elaboração de novos saberes. Desse modo, a articulação da relação entre teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação por promover e instigar práticas reflexivas nos educadores em formação (BARREIRO, GEBRAN, 2006).

Nesse sentido, é importante que a estrutura curricular possibilite o desenvolvimento de práticas de ensino pautadas na reflexão e na crítica da realidade em que estão inseridos os/as estudantes como sujeitos sociais. É necessário, também, que haja a articulação entre aspectos teóricos e práticos, bem como estímulo à prática investigativa, tendo a pesquisa como princípio pedagógico e as atividades de extensão como forma de atuar e se inteirar dos problemas que abarcam a realidade.

Pensar a relação teoria-prática a partir desses pressupostos requer compreender a realidade e atuar no mundo a partir de práticas pedagógicas voltadas para a prática social. Isso exige uma abordagem que mobilize as contribuições de diferentes áreas de conhecimento para iluminar aspectos da realidade que se pretenda (des)revelar. Em outras palavras, exige um trabalho pedagógico pautado na inter e/ou transdisciplinaridade.

4.3 A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade

O curso tem uma proposta marcadamente interdisciplinar, mas com possibilidades de abarcar a transdisciplinaridade. Essa perspectiva tem como ponto de partida o que Fazenda (2002) denominou de “atitude interdisciplinar” no ensino/aprendizagem, baseada em descobertas e na prática, mediante modelos dialógicos do pensamento crítico e na integração de disciplinas que possam contribuir para a construção de uma síntese pessoal pelo/a estudante



Sendo assim, o papel do/a professor/a vai além da reprodução do conhecimento. É necessário que o/a docente reconheça em suas práticas associações com a teorização da educação e da interdisciplinaridade, por meio da literatura, artes, cursos e práticas, além do exercício da escuta sensível que possibilita a integração do “universo” do aluno com os conteúdos disciplinares.

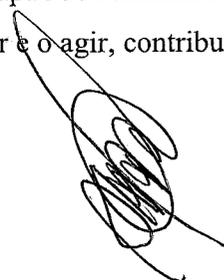
Com isso, a interação com o/a estudante também sofre alteração. Isso porque o ensino interdisciplinar requer diálogo, a transformação, o questionamento e a integração. Fazenda, ao se basear em Klein (*in*, FAZENDA, 1998, p. 123), afirma a necessidade de uma nova epistemologia que una o pensar e o fazer, ou seja, a necessidade da interdisciplinaridade como uma questão central.

Referenciado nesse pressuposto, o curso investiu na construção de um currículo integrado, com destaque para a interação de professores/as e estudantes como base para a abordagem de questões complexas do cotidiano, e marcada pela união reflexiva de pensar e fazer baseadas em questões socioambientais e culturais, possibilitando a construção do conhecimento teórico-prático.

Assim como a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade é reconhecida como um princípio epistemológico que implica em uma dinâmica que tenta superar fronteiras do conhecimento disciplinar, mediante a integração de conceitos e metodologias, entre outros, o que requer abertura diante do conhecimento construído (MORAES, 2008). Sobre esta questão, Nicolescu (2000) afirma que a interdisciplinaridade fica no nível da disciplina enquanto a transdisciplinaridade procura transcender as disciplinas, o que leva a uma prática científica que, ao mesmo tempo em que aprofunda o conhecimento, também o articula e o unifica quando necessário.

De acordo com Moraes, princípios, teorias e conceitos transdisciplinares requerem mudanças metodológicas na pesquisa, na didática, no currículo, na avaliação etc. Para essa autora, a metodologia transdisciplinar está assente em conhecimentos transversais e multirreferenciais e no compartilhamento de objetos, temas e projetos por diferentes especialistas, o que certamente é diferente dos enfoques disciplinares, multidisciplinares ou interdisciplinares (MORAES, 2008, p.127).

Sendo assim, o curso adota metodologias de caráter participativo, com base no entendimento de que o diálogo constitui um método capaz de conduzir o ser humano à reflexão, em processos que permitem a interação entre o pensar e o agir, contribuindo para a construção



de um posicionamento crítico frente às questões postas pela realidade, objeto de estudo, embasando a busca de alternativas de intervenção.

Tais metodologias valorizam o processo de construção coletiva de conhecimentos com ênfase na transversalidade dos conteúdos. A realização de oficinas, por exemplo, permite que cada cursista vivencie e atue de modo teórico-prático, fazendo-os/as interagir entre si, ressignificando conceitos e vivências a partir do diálogo com o campo conceitual e prático.

As práticas de formação têm como ponto de partida as relações que constroem a realidade vivenciada pelos estudantes, seu tecido social, economia, cultura e paisagens, e têm como ponto de chegada a cidadania ambiental e cultural. Por isso, a ênfase recai na construção de um conhecimento sobre a realidade com base nos seus problemas e nas suas potencialidades, identificando modos de inserção positiva dos sujeitos locais, na cotidianidade que cria e recria o espaço onde vivemos e convivemos.

Assim, uma das principais proposições do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências, objetos de análise da realidade e saberes de uma forma interdisciplinar e, sempre que possível, transdisciplinar, de modo a contribuir para uma análise mais aprofundada da realidade.

Esta abordagem epistemológica encontra ressonância em outra concepção epistemológica consolidada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos: a ecologia dos saberes (SANTOS, 2006; 2002).

4.4 A Ecologia dos Saberes

Santos (2002) afirma que o desenvolvimento científico contribuiu para a instauração de uma “monocultura do saber” que reconhece a ciência eurocêntrica como único modo de saber válido. Para esse autor, o conhecimento social existente no mundo é bem mais vasto e diversificado do que os conhecimentos científicos e filosóficos que o Ocidente conhece e considera como importantes. Com isso, conhecimentos de grande valor social estão sendo desperdiçados e o único modo de combate a esse desperdício de conhecimento social, segundo o autor, seria propor um modelo diferente de racionalidade a partir da crítica ao atual modelo, de maneira a considerar outras formas de saberes existentes.

A ecologia dos saberes propõe alternativas para o conhecimento científico mediante a promoção de diálogos entre saberes científicos e saberes múltiplos oriundos de outros tipos de costumes e culturas de indivíduos diversos que fazem parte da sociedade. Na ecologia de saberes, a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos não implica no

descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, na sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, tidos como não científicos.

A ecologia dos saberes tem como fundamento o reconhecimento dos diversos tipos de conhecimentos como sendo importantes e necessários, independentemente de se tratar de conhecimento científico ou de um conhecimento popular de indivíduos pertencentes a outras culturas. Tal perspectiva teórico-metodológica considera que todos os saberes se complementam e dependem uns dos outros.

É com base nessa premissa que o curso propõe uma prática pedagógica pautada no diálogo entre os diferentes saberes porque, como afirma Valença:

[...] faz-se necessário partir da *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2006) que produz o encontro e respeito entre saberes, sejam **científicos, empíricos, do senso comum, da arte etc.** Cada saber possui uma maneira própria de ver o mundo e, conseqüentemente, uma importância singular (VALENÇA, 2014, p. 36, grifo nosso).

Esse encontro de saberes estabelece um canal de comunicação com a sensibilidade humana, conectando diferentes dimensões da vida. Com isso, aponta para modelos educacionais capazes de atender questões não apenas voltadas para o saber e suas metodologias, mas também para a construção do “pleno sentido da vida”. Nesse contexto, é imperativo desenvolver a compreensão do ser humano por completo, reconhecendo que, em sua complexidade multidimensional, é difícil a distinção entre o pensamento e o sentimento. Entre o sentir e o pensar.

4.5 O sentipensar

O termo *sentipensar*, criado por Saturnino de la Torre, diz respeito ao ato de colocar o pensamento e o sentimento para trabalharem em conjunto. MORAES (2004), baseando-se em La Torre, destaca que significa “a fusão de duas formas de interpretar a realidade, a partir da reflexão e do impacto emocional até convergir num mesmo ato de conhecimento a ação de sentir e pensar” (LA TORRE, 2001, p. 28). Isso significa que, para um maior conhecimento da realidade, é estabelecida uma dinâmica entre “as emoções e os sentimentos”, os “desejos e afetos”, que exprimem o ser humano por inteiro. Essa expressão da totalidade do ser humano se revela através das interações entre ele mesmo e com o outro através da cultura e tudo que diz respeito a ela.

Por isso mesmo, Moraes (2004) aponta para a importância de que os educadores tenham em vista a totalidade humana no processo de ensino, considerando os aspectos relacionados aos pensamentos, emoções, intuições e sentimentos como atitudes humanas que precisam estar em contínua interlocução a favor da evolução da consciência humana. Tal fato requer buscar novos referenciais que reconheçam as questões, para além do conhecimento, que estão sobrepostas ao ato de ensinar.

Assim, educar para o *sentipensar* significa *educar para o sensível* e implica em reconhecer as múltiplas dimensões do ser humano. Moraes compreende o processo de *sentipensar* como sendo o resultado de uma modulação mútua e recorrente entre emoção, sentimento e pensamento que surge no viver/conviver de cada pessoa. A linguagem utilizada expressa esse entrelaçamento, mostrando o quanto o emocionar de uma pessoa que participa de uma conversa afeta o emocionar de outra, de modo que nas conversações que se entrecruzam mudanças estruturais e de condutas são produzidas, originadas no âmbito relacional em que ocorrem. *Sentipensar* é o encontro intensamente consciente de razão e sentimento (MORAES 2004, p. 59).

Nessa direção, Muniz Sodré (2014) destaca a importância de *educar para o sensível* e propõe uma reflexão sobre a necessidade de produzir ciência a partir da ideia de formar sujeitos que possam desenvolver sensibilidades para tal, para além apenas da instrumentalização, sinalizando para a urgência da convocação de todos os saberes para que se possa, inclusive, contar com a dimensão artística das práticas. Para esse pesquisador, todas as fontes possíveis de conhecimento entrelaçadas, dos saberes ágrafos aos escritos, configuram uma ecologia dos saberes. Nessa, o educar para o sensível vai além da pura escrita e inclui modalidades do jogo, das artes e da sensibilização para com o diverso dos seres humanos.

Uma prática pedagógica fundamentada no *sentipensar* pode favorecer a aprendizagem e “reencantar a educação”. Além disso, possui o imenso potencial de contribuir para a formação de cidadãos mais solidários, capazes de viver e conviver com o diverso, compartilhando com outros seres a terra-pátria.

4.6 O Bem Viver

O Bem Viver é um “modo de ser e estar”, um sistema, uma filosofia e modo de viver que nasce na realidade andina e amazônica. Este estilo de vida ultrapassa tal realidade e se estende a todas as sociedades indígenas da América e de outros continentes. Refere-se ao

oprimido, ao Outro, ao periférico, silenciado, invisibilizado, subalternizado, excluído, ou seja: aos sujeitos das epistemologias do Sul, como se refere Boaventura de Sousa Santos (2006).

O Bem Viver é uma concepção econômica, social, ambiental e cultural que se diferencia do conceito de desenvolvimento, pois não se trata de uma proposta global e unificadora que se apresenta como meta a ser atingida pela humanidade consumista e predadora dos seres, gerando desequilíbrio ecológico, social e cultural (ACOSTA, 2011).

Destacamos o modo de viver, de produzir e de se relacionar no Bem Viver. Essa filosofia possui princípios baseados na cooperação e solidariedade, inter-relação e reciprocidade e no respeito à natureza, que passam a substituir o individualismo, o centrar-se em si sem olhar para o Outro. Nesse estilo de vida, o ser humano possui uma vida compartilhada e convive em harmonia com todos os seres do planeta.

Na cosmovisão guarani, a terra habitada pelos humanos é concebida como *tekohá*, lugar de vida e convivência com todos os seres que nela existem. *Ñandé tekohá* é o lugar onde somos o que somos, o lugar do nosso modo de ser e da nossa cultura. A palavra *tekohá* contém uma visão holística, isto é, significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, sociais, políticas, ecológicas e religiosas, de tal maneira que sem *takohá* não há *tekó* (sem lugar do ser não há modo de ser). O guarani precisa da terra com toda a sua vida incluída para poder viver sua cultura e para ser guarani (MELIÀ, 2017, p. 3).

A relação entre o ser humano em harmonia com a natureza apresenta o cuidado consigo, com o outro, com os seres vivos e com todo o meio, lembrando a concepção da ética do cuidado de Leonardo Boff (2000). A produção é sustentada na solidariedade e não no acúmulo, pois a autossuficiência e a autogestão dos seres humanos em comunidade passam a ser o grande objetivo. Trata-se de um projeto emancipador com histórias de luta e de resistência, histórias coletivas de sujeitos que se situam no Sul Global, como afirmamos.

As comunidades e sujeitos selecionados para a compreensão e busca de solução para a realidade, na construção deste projeto, são periféricos. Pretende-se identificar, analisar e relacionar essas realidades com a concepção do Bem Viver nos aspectos econômico, político, social, ambiental e cultural.

Com base nas premissas aqui apresentadas, a perspectiva de formação proposta no presente curso contrapõe-se aos rígidos modelos *academicistas* e *utilitaristas* presentes em parcelas consideráveis dos cursos de formação de educadoras e educadores. A concepção adotada no curso tem a perspectiva de formação de educadores ambientais e culturais que **agem por meio da reflexão na ação, sobre a ação e sobre a reflexão na ação, tornando-se**

educadores/as pesquisadores/as da sua própria prática e profissionais crítico-reflexivos/as. Nisso reside a importância da presente proposta.

A handwritten signature or scribble in black ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned to the right of the main text block.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- **Resolução CNE/CES nº 01/ 2001**
- **Resolução CNE/CES nº 24/ 2002**
- **Resolução CNE/CES nº 01 de junho de 2007** – Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. (ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO Nº1 DE ABRIL DE 2018)
- **Resolução CNE/CES nº 02 de fevereiro de 2014** – Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) das Instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino.
- **Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* do IFPE**
- **Resolução IFPE/ CONSUP nº 90/2013** – Aprova o regulamento geral dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* do IFPE.
- **Resolução IFPE /CONSUP nº 22, de 02 de abril de 2014 e suas alterações.** Aprova a Organização Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
- **Resolução IFPE/CONSUP nº 42, de 30 de maio de 2014.** Aprova o regulamento do Comitê de Ética em pesquisa com seres humano do IFPE.
- **Resolução IFPE/CONSUP nº 46, de 29 de dezembro de 2017.** Aprova a política institucional de Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação do IFPE.



6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Dentre os saberes e conhecimentos necessários ao/à Especialista em Educação Ambiental e Cultural, esse profissional deverá ser capaz de:

- apropriar-se das políticas públicas culturais e socioambientais;
- desenvolver ações que levem os sujeitos a respeitar e conviver com a diversidade ambiental-cultural;
- conhecer e aplicar os conceitos sobre cidadania planetária e cultural;
- desenvolver a Educação Planetária e Cultural.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke at the bottom, positioned over the last bullet point of the list.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1. Estrutura Curricular

Em atendimento à legislação vigente, a estrutura curricular do Curso de Educação Ambiental e Cultural apresenta uma carga horária total de 364,5h/r, o que equivale a 486 h/a de 45min, distribuídas em dois módulos semestrais e mais um semestre para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Módulo I, **Cultura e Meio Ambiente**, objetiva apresentar a concepção teórico-metodológica do curso, contextualizar em comunidades tradicionais e construir um projeto coletivo que possibilite aplicabilidade e contribua para processos emancipatórios de sujeitos subalternos.

O Módulo II, **Educação, Movimentos Sociais e Bem Viver**, objetiva discutir sobre processos educativos – formais e não formais, destacando os movimentos sociais enquanto formadores de sujeitos sociais, e relacioná-los com a concepção do Bem Viver, advinda dos indígenas sul-americanos.

No decorrer de cada módulo será desenvolvido um Projeto Coletivo (Projeto Coletivo I, no primeiro semestre, e Projeto Coletivo II, no segundo), de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, na área de abrangência do curso, ambos com carga horária de 18h. O Projeto Coletivo terá a participação de todos/as os/as educadores/as que fazem parte do módulo, da turma de educandos/as e da comunidade escolhida para ser investigada. Os/as educandos/as e educadores/as deverão fazer um diagnóstico social, ecológico e cultural para poder contribuir com a comunidade. Num segundo momento, serão realizadas ações de Educação Ambiental e Cultural na comunidade do campo de investigação. Pensado a partir desses parâmetros, o que se pretende é que o currículo contribua para a formação das educadoras e educadores ambientais e culturais, partindo da realidade concreta.

O processo de desenvolvimento desses estudos subsidiará o planejamento e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja elaboração deverá ocorrer no terceiro semestre do curso. O TCC pode assumir a configuração de monografia, artigo científico e outras formas de apresentação, desde que se tenha a infraestrutura e as condições necessárias para apresentação, respeitando-se as normas internas do IFPE sobre a matéria.

A carga horária total do Curso de Educação Ambiental e Cultural, de 364,5 h/r e 486 h/a, será distribuída em 18 (dezoito) semanas letivas por semestre, em 02 (dois) módulos especificamente constituídos de componentes curriculares teórico/práticos: o primeiro com 175,5 h/r (234 h/a), o segundo com 189 h/r (252 h/a). Além disso, o curso adotará o sistema de



créditos cursados semestralmente, sendo 13 e 14 créditos, respectivamente nos Módulos I e II, perfazendo um total de 27 créditos. Observa-se que, ao finalizar os componentes de cada Módulo (com exceção do Projeto Coletivo), haverá um final de semana livre para promover um tempo curricular à construção das ações de Educação Ambiental e Cultural. Na semana seguinte, com o componente de Projeto Coletivo, a ser efetivado com todo corpo docente do Módulo, junto com o corpo discente, as ações de Educação Ambiental e Cultural serão materializadas na comunidade selecionada do campo de investigação. Destaque-se que o curso também ofertará mais um semestre letivo especificamente para o estudante realizar o TCC, com a carga horária de 120h/a equivalente a 90 h/r.

O tempo de integralização mínima do curso é de 18 (dezoito) meses e a integralização máxima é de 36 (trinta e seis) meses, em conformidade com as normativas internas do IFPE.

O curso tem previsão de início a partir do segundo semestre de 2019, assumindo a perspectiva de oferta permanente, sendo oferecidas 25 (vinte e cinco) vagas a cada edital de acesso. Sendo seguido a políticas de cotas do IFPE.

Do ponto de vista da organização das semanas letivas, o curso será ofertado em regime de final de semana, iniciando na sexta-feira, no turno da tarde (4 h/a) e no turno da noite (4 h/a), e no sábado, no turno da manhã, (5 h/a) e no turno da tarde (5 h/a); perfazendo uma carga horária semanal de 18 h/aulas. Convém destacar que essa distribuição poderá ser ajustada pela coordenação do curso conforme necessidade do trabalho pedagógico, bem como visando a atender aspectos relacionados ao cumprimento da carga horária estabelecida no PPC.

7.2 Matriz Curricular

A concepção de Matriz Curricular adotada difere conceitualmente de um quadro que contém a mera definição de componentes curriculares por período letivo organizado na forma de módulo e suas respectivas cargas horárias. Trata-se de uma concepção de currículo que se materializa na organização do curso como um todo, a partir do perfil profissional e respectivos programas dos componentes curriculares. Também são levadas em consideração a concepção pedagógica, a natureza da formação pretendida, a gestão das condições dadas e requeridas para o desenvolvimento do curso concernente com a modalidade de oferta, bem como os processos de acompanhamento e de avaliação.



Nessa perspectiva, a Matriz Curricular está organizada a partir do perfil profissional, que se desdobra na definição dos saberes e conhecimentos que se materializam nos programas dos componentes curriculares. Contudo, isso não significa prescindir da apresentação de um quadro que sintetize as decisões pedagógicas adotadas no curso e que permita visualizar rapidamente informações relevantes, conforme apresentado a seguir.

7.3 Quadro-síntese da Matriz Curricular

<p style="text-align: center;">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE <i>CAMPUS</i> RECIFE</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO <i>LATO SENSU</i> EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL</p> <p>MATRIZ CURRICULAR - ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018.2</p> <p style="text-align: right;">ÁREA DE CONHECIMENTO: Educação, Cultura e Meio Ambiente</p> <p style="text-align: center;">CARGA HORÁRIA TOTAL: 486</p> <p>h/a - 364,5 h</p> <p style="text-align: center;">PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO</p> <p>MÍNIMA: 03 semestres</p> <p style="text-align: center;">PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO</p> <p>MÁXIMA: 06 semestres</p> <p style="text-align: right;">REGIME: Semestral</p> <p style="text-align: right;">SEMANAS LETIVAS: 18</p> <p style="text-align: right;">HORA-AULA: 45 min</p>							
<p style="text-align: center;">FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</p> <p style="text-align: center;">Lei nº 9.394/ 1996 – Resolução CNE/CES nº 01/ 2001 - Resolução CNE/CES nº 24/ 2002 - Resolução CNE/CES nº 01/ 2007 - Resolução CNE/CES nº 02/ 2014 - Resolução IFPE/ CONSUP nº 90/2013 - Resolução IFPE/CONSUP nº 42/ 2014 - Resolução IFPE/CONSUP nº 22/2014 e suas alterações.</p>							
COMPONENTE CURRICULAR			CÓDIGO	AULAS SEMANAIS		CHT	CHT
				o	o	CH (h/a)	CH (h/r)
MÓ	MÓ	CUL	Perspectiva Integral de Meio Ambiente e Cultura			54	40,5

MÓDULO II EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS	Arte, Cultura e Comunicação Popular			36	27
	Espaço Geográfico e Políticas Públicas			36	27
	Cultura, Ancestralidade e Áreas Protegidas			36	27
	Pesquisa, Projeto em Meio Ambiente e Cultura			54	40,5
	Projeto Coletivo I			18	13,5
	SUBTOTAL		3	234	175,5
	Educação Popular			54	40,5
	Educação Planetária e Agroecologia			36	27
	Turismo e Sustentabilidade			36	27
	Povos e Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente			36	27
	Recursos Naturais			54	40,5
	Projeto Coletivo II		1	18	13,5
	Seminário Integrador		1	18	13,5

					252	189
			4			
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)*						
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					486 + 120	364,5 +
					(TCC) = 90	(TCC)
					606	= 454,5

Quadro 06 - Matriz Curricular do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural.

* O TCC será realizado no terceiro semestre do curso.

7.4 Composição da Formação

Do ponto de vista da distribuição dos componentes curriculares por módulo, o Quadro 07, a seguir, apresenta a carga semestral de cada período letivo em h/r e h/a, acrescida da carga horária teórica e prática por componente curricular, bem como os créditos correspondentes.

Quadro 07 - Composição da formação por período acadêmico

°	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	SEMESTRES	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA				
					CHT		Aulas Teóricas (h/a)	Aulas Práticas (h/a)	
					h/r	hh			h/a
1	Perspectiva Integral de Meio Ambiente e Cultura		1°	3	40,5	40	54		
2	Arte, Cultura e Comunicação Popular		1°	2	27	27	36		
3	Espaço Geográfico e Políticas Públicas		1°	2	27	27	36		

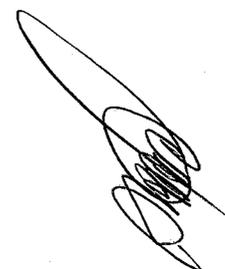
4	Cultura, Ancestralidade e Áreas Protegidas		1°	2	27	36		
5	Pesquisa, Projeto em Cultura e Meio Ambiente		1°	3 ,5	40	54		
6	Projeto Coletivo I		1°	1 ,5	13	18		
SUBTOTAL				1 3	17 5,5	23 4		
7	Educação Popular		2°	3 ,5	40	54		
8	Educação Planetária e Agroecologia		2°	2	27	36		
9	Turismo e Sustentabilida de		2°	2	27	36		
0	1 Povos e Comunidades Tradicionalis e Meio Ambiente		2°	2	27	36		
1	1 Recursos Naturais		2°	3 ,5	40	54		
2	1 Projeto Coletivo II		2°	1 ,5	13	18		
3	1 Semin ário Integrador		2°	1 ,5	13	18		

SUBTOTAL				14	9	18	25		
TRABALHO DE TCC	DE		3°						
CONCLUSÃO DE	DE								
CURSO (TCC)									
TOTAL GERAL					6	48	36		
							4,5		

7.5 Ementário

Módulo I

Componente Curricular: Perspectiva Integral de Meio Ambiente e Cultura			Créditos: 03
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 54	Aulas práticas (h/a): 14	Aulas teóricas (h/a): 40	CH total (h/r): 40,5
Ementa			
<p>Concepção sobre os conceitos de cultura, natureza, etnocentrismo, bem viver, ecologia dos saberes. Compreensão do conceito de cultura e identidade. Reflexões sobre igualdade, diferença e pensamento multicultural e intercultural. Reflexões a respeito da coerência entre o sentir, o pensar e agir. A multidimensionalidade e integralidade humanas.</p>			
Referências básicas			
<p>ACOSTA, Alberto. Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2011.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.</p> <p>LARRAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.</p> <p>SANTOS, B. S. A gramática do tempo: por uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.</p>			



Referências complementares

- AYALA, Marcos; AYLA, Maria Ignez. **Cultura popular no Brasil: perspectiva em análise**. 2ªed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BRANDÃO, Carlos. **O que é educação**. Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense, 2006.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura das ciências sociais**. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- GIACOMINI, Gino Filho. **Meio ambiente & consumismo. Vol.8. SENAC, 2008**.
- GOLDEMBERG, José. **Metrópoles e o desafio urbano frente ao meio ambiente - Col. Sustentabilidade - Vol. 6**. Editora Blucher, 2012.
- GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- JAMIESON, Dale. **Ética e meio ambiente: uma introdução**. Editora Senac.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MORAN, Emílio F. **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/Editora SENAC, 2010.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: Neurose**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2008, p. 9-19.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. "Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo". In: SANTOS, B. S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2004, p. 19-101.
- SANTOS, Rafael José dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.
- WIEVIORKA, Michel. "Será que o multiculturalismo é a resposta." In: **Educação, Sociedade e Cultura**, v. 12, 1999, p. 7-46.
- 

Componente Curricular: Arte, cultura e Comunicação Popular.			Créditos: 02
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 36	Aulas práticas (h/a): 06	Aulas teóricas (h/a): 30	CH total (h/r): 27
<p>Ementa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arte, Cultura e Sociedade; cultura popular, cultura de massa e massificação cultural; • Importância dos Círculos artísticos; Tipos de manifestações artísticos-culturais; • Comunicação como Direito Humano; Comunicação, participação social e mobilização social; Comunicação e movimentos sociais; Educação para e pela comunicação; Comunicação de massas X comunicação comunitária; Métodos e Técnicas de comunicação comunitária: Jornal Fanzine, revista, rádio, TV e internet. 			
<p>Referências Básicas</p> <p>AS-PTA. Revista Agriculturas: Comunicar para transformar, V. 13. N1, Jun/2016. Disponível em http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2016/06/Agriculturas_V13N1_Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf.</p> <p>BOSI, Eclea. Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias. 13ªed. Petrópolis: VOZES, 2009.</p> <p>CARVALHO, Francione O. Arte: Percursos, Linguagens e Cultura. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.</p> <p>GREENBERG, Clement. Arte e Cultura: Ensaio Críticos. São Paulo: Cosac Naify, 2013.</p> <p>INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. Vozes da democracia: história da comunicação na democratização do Brasil. São Paulo: Intervezes/Imprensa Oficial, 2006.</p> <p>PERUZZO, Círcula M. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 3ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p>			
<p>Referências Complementares</p> <p>_____. "Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local". In: PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p.69-94.</p>			



_____. “Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor”. **Revista Palavra Clave**, Colombia, Universidad de La Sabana, v.11, n. 2, 2008. Disponível em <http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>

ARBEX JR, José. “Uma outra comunicação é possível (e necessária)”. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 3.

BAHIA, Lilian M. **Rádios comunitárias: mobilização social na reconfiguração da esfera pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002. p. 31-93.

MARTINEZ HERMINDA, Marcelo. “Comunidad y comunicación: voces y prácticas de diversidad”. In: _____; MAYOGO y MAJÓ, Carme; Rodríguez, Ana T. (Orgs.). **Comunidad y comunicación: practicas comunicativas y medios comunitarios en Europa y América Latina**. Madrid: Fragua, s./d. p.21-36, 2012.

PERUZZO, Cicilia M.K. “Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania”. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, ano II, n.3, jul/dic. 2005. São Paulo: ALAIC. p.18-41.

_____. **Televisão comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

Componente Curricular: Espaço Geográfico e Políticas Públicas			Créditos: 2
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 36	Aulas práticas (h/a): 06	Aulas teóricas (h/a): 30	CH total (h/r): 27
Ementa			
O espaço geográfico em suas relações entre o global e o local face às dimensões ambiental e cultural na contemporaneidade. Espaço público e cidadania no contexto pós-			

colonial. Políticas públicas como instrumento de inclusão social e de reafirmação das identidades locais. Análise de políticas públicas nas áreas de meio ambiente e cultura.

Referências básicas

GOMES, Paulo Cesar da Costa. "Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço". In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 19-42.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

Referências complementares

GOMES, Paulo Cesar da Costa. "O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão". In: **Cidades**, v. 2, n. 4, 2005, p. 249-265.

JUVIN, Hervé; LIPOVETSKY, Gilles. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Rio de Janeiro: Manole, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e a política na pós-modernidade**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. "O lugar e o cotidiano". In: SANTOS,

Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 584-682.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

Componente Curricular: Cultura, Ancestralidade e Áreas Protegidas.			Créditos: 2
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 36	Aulas práticas (h/a): 12	Aulas teóricas (h/a): 24	CH total (h/r): 27
Ementa			
Cultura e Memória como elementos constitutivos da Ancestralidade; Ancestralidade e Identidade na Contemporaneidade; Tipologias das Áreas Protegidas; Conflitos Socioambientais no espaço protegido; Políticas Públicas; Processos Educativos constitutivos da ancestralidade e da relação com a Terra.			
Referências básicas			
<p>BARBAN, Vilma; GREEB, Daniela; LABIGALINI, Vanessa (Orgs.). Ancestralidade africana no Brasil: memória dos pontos de leitura. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2014.</p> <p>BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1987.</p> <p>COSTA, Valéria Gomes. É do dendê!: história e memórias urbanas da Nação Xambá no Recife (1950-1992). São Paulo, SP, Brasil: Annablume, 2009.</p> <p>GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Orgs.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.</p> <p>KEIM, Enresto Jacob; SANTOS, Raul Fernando dos. Educação e sociedade pós-colonial: linguagem, ancestralidade e o bem viver. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.</p> <p>MORSELLO, Carla. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Fapesp, 2001.</p>			
Referências Complementares			
<p>ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino (Org.). Introdução à Etnobiologia. Recife: NUPEEA, 2014.</p> <p>_____. (Org.). Etnobiologia: bases ecológicas e evolutivas. Recife: NUPEEA, 2013.</p> <p>FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.</p>			



LIMA, Gerson D. e GIANASI, Lussandra M. "Etnoterritorialidade quilombola de Macuco no município de Minas Novas e chapada do Norte/Vale do Jequitinhonha. Minas Gerais, Brasil: mapeamentos e análises". **Ateliê Geográfico** v. 5, n. 13 mar/2011 p.37-63. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/13824. Acesso em 28 jan. 2013.

MINDLIN, Betty. **Vozes e computadores: gerações de narradores, exemplos indígenas na Amazônia**. INDIANA 27, 2010, p. 109-123.

MORÁLEZ, Patrícia Pérez. **Espaço-tempo e ancestralidade na educação ameríndia: desdobramentos de Paulo Freire na província de Chimborazo, Equador**. São Paulo: Tese de doutorado, FEUSP, 2008.

SOUZA, Eliane Maria Nogueira; ANDRADE, Maria José Gomes; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa; SANTOS, Carlos Alberto Batista (Orgs.). **Conservação dos recursos naturais**. Paulo Afonso, SABEH, 2016.

Componente Curricular: Pesquisa, Projeto em Meio Ambiente e Cultura			Créditos: 3
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 54	Aulas práticas (h/a): 14	Aulas teóricas (h/a): 40	CH total (h/r): 40,5
Ementa Estudo sobre a ciência e o método; pluralidade epistemológica no campo da pesquisa científica; cultura e meio ambiente; abordagens, procedimentos e técnicas de pesquisa qualitativa.			
Referências básicas			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som . Petrópolis: Vozes, 2002.			
EAGLETON, Terry. A ideia de cultura . São Paulo: EdUNESP, 2005.			
LEFF, Enrique. Saber ambiental . 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.			
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.			
Referências Complementares			



GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

HALL, Stuart. "A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo". **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

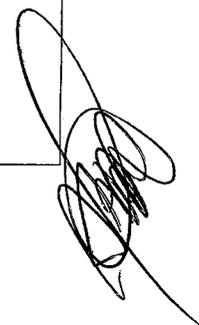
MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

Componente Curricular: Projeto Coletivo I			Créditos: 01
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 18	Aulas práticas (h/a):09	Aulas teóricas (h/a):09	CH total (h/r):
Ementa			
Diagnóstico, planejamento e execução de projeto ambiental e cultural em comunidades contra-hegemônicas, periféricas.			
Referências básicas			
ACOSTA, Alberto. Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos . São Paulo: Autonomia Literária, 2011.			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som . Petrópolis: Vozes, 2002.			
SANTOS, B. S. A gramática do tempo: por uma nova cultura política . Porto: Afrontamento, 2006.			
Referências complementares			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.			
SANTOS, Boaventura de Sousa. "O lugar e o cotidiano". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul . São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 584-682			



Módulo II

Componente Curricular: EDUCAÇÃO POPULAR			Créditos: 03
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 54	Aulas práticas (h/a): 09	Aulas teóricas (h/a): 45	CH total (h/r): 40,5
Ementa			
Espaços formais e não formais de educação e os movimentos sociais. Da Educação nos Movimentos Sociais à Educação dos Movimentos Sociais. Educação do Campo. A relação Centro e Periferia nos Processos Educacionais. O olhar pós-colonial da Educação.			
Referências básicas			
ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica (Orgs.). Por uma educação do campo . 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.			
BRAYNER, Flávio. (Org.) Educação popular: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.			
CALDART, Rosely. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola . Petrópolis: Vozes, 2000.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.			
Referências complementares			
CANÁRIO, Rui (Org.). Educação popular e movimentos sociais . Lisboa: ECUCA, 2007.			
JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto (Orgs.). Educação e movimentos sociais: novos olhares . Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.			
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . São Paulo: Cortez, 2012.			
SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
VALENÇA, M. M. Ecologia de saberes e justiça cognitiva . O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução? 2014, 310 p. Tese. (Tese de Doutorado do Programa de Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.			

Componente Curricular: Educação Planetária e Agroecologia			Créditos: 02	
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -	
Carga horária total (h/a): 36h	Aulas práticas (h/a): 30	Aulas teóricas (h/a): 6	CH total (h/r): 27	
<p>Ementa:</p> <p>Cidadania planetária. Ecocidadania ou cidadania ambiental. Cidadania planetária e os novos movimentos sociais. A educação na era planetária. Ecopedagogia. Conceito de agroecologia. Agroecologia, Bem Viver e meio ambiente: foco para as especificidades da região Nordeste. Agroecologia e justiça de gênero. Conhecimentos tradicionais e modos de vida.</p>				
<p>Referências Básicas</p> <p>ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.</p> <p>COSTA, Manoel Baltasar. Agroecologia no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2017.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra. 2. ed. Porto Alegre: Editora Peirópolis, 2000.</p> <p>GUTIERREZ, Francisco; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e cidadania planetária. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.</p> <p>LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza (Orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-98.</p> <p>MORIN, Edgar; CIURANA, Emílio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.</p> <p>SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.</p>				

Referências Complementares

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: para um desenvolvimento rural, necessário e possível.** Recife, 2015.

MORAES, Lorena Lima et al. **Uma construção agroecológica e coletiva de saberes no semiárido brasileiro.** Serra Talhada: Actionaid, 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 6ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: UNESCO, 2002.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel (Orgs.). **Edgar Morin, Ética, Cultura e Educação.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 169-175.

PRIMAVESI, Ana. **Convenção dos Ventos.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

Componente Curricular: Turismo e Sustentabilidade			Créditos: 2
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 36	Aulas práticas (h/a): 30	Aulas teóricas (h/a): 06	CH total (h/r): 27
Ementa			
Conceitos básicos de Turismo; Turismo e sustentabilidade; Turismo, Cultura e Meio ambiente (práticas e impactos positivos e negativos); Patrimônios natural e cultural (material e imaterial); Tipologia do turismo (Turismo de Base Comunitária, Turismo Rural, Ecoturismo e outros, considerando práticas mais sustentáveis); Interpretação patrimonial.			
Referências básicas			
BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 3ª.ed.rev. ampl. São Paulo: Editora SENAC, 2000.			

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: **Art. 216. Do Patrimônio Cultural Brasileiro**, bens inclusos, atrib. da Lei e do Poder Público.

BRASIL. Decreto Lei 25 de 30/11/1937: **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**.

BRASIL. Decreto 5753/2006 de 12/04/2006 Lei Brasil - **Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Publicado no DOU de 13.4.2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (Org.) **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza, FUNECE, 2003.

MITRAU, Sylvia (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, WWF Brasil, 2003.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997 (Coleção Turismo).

Referências complementares

BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001 (Coleção Turismo).

CALABRE, Lia. "Balanço e perspectivas". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CALABRE, Lia. "Conselhos de Cultura: algumas questões". In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

FONTES, Marcos A. Leite; VITORINO, Maria Rachel; ALVES, Shirley Cavalcante. **Ecoturismo e interpretações**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. (Orgs.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Plano Nacional de Cultura em Debate**. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 2, n. 1, p.59-72, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3333/2449>>. Acesso em 08 mar. 2014.

_____. **Políticas culturais no Brasil: passado e presente.**
 Salvador: EDUFBA, 2012. p.29-48, (Coleção Livros e Capítulos IHAC; Série Saladeaula; 8)
 Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12003/1/politicas_culturais.pdf>.
 Acesso em 08 mar. 2014.

Componente Curricular: Povos e Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente			Créditos: 2
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 36	Aulas práticas (h/a): 06	Aulas teóricas (h/a): 30	CH total (h/r): 27
Ementa			
<p>Povos e comunidades tradicionais no Brasil; Espaços/Tempos dos povos e comunidades tradicionais: economia, cultura, identidade, saberes, fazeres e formas de organização; Política nacional de povos e comunidades tradicionais: reconhecimento, valorização e fortalecimento; O papel das comunidades tradicionais na conservação e preservação do meio ambiente: saberes locais e desenvolvimento de tecnologias; Conflitos socioambientais e comunidades tradicionais.</p>			
Referências básicas			
<p>ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação". Ambiente & Sociedade - Ano 2, n. 5, 2º Semestre de 1999.</p> <p>LITTLE, Paul E. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.</p> <p>MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.</p> <p>SHIRAIISHI NETO, J. (Org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.</p>			

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. "Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes". **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015.

Referências complementares

ALMEIDA, Alfredo W. B.; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel. A. (Orgs.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA, 2013.

MONTENEGRO, Jorge. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: geografia em debate**, v.6, n.1, p. 163-174, 2012.

MORAES, Lorena Lima et al. **Uma construção agroecológica e coletiva de saberes no semiárido brasileiro**. Serra Talhada: Actionaid, 2017.

PEREIRA, Guilherme; CUELLAR, Miguel. "Conflitos pela água em tempos de seca no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará". **Estudos Avançados USP**, v. 29, n. 84, São Paulo, 2015.

VIANNA, Lucila P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume, 2008.

Componente Curricular: Recursos Naturais				Créditos: 3	
Pré-requisito: Sem pré-requisitos				Correquisito: -	
Carga horária total (h/a): 54	Aulas práticas (h/a): 14	Aulas teóricas (h/a): 40	CH total (h/r):	40,5	
Ementa					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer a disponibilidade e uso dos recursos naturais, os padrões qualitativos e quantitativos, legais e indicadores de poluição em relação à água, solo e emissões atmosféricas, sua importância, contexto histórico e consequências para a sustentabilidade ambiental; 2. Apropriar-se do conhecimento a respeito das fontes alternativas e renováveis de energia, seu contexto histórico e sua utilização sustentável; 3. Intear-se sobre a importância da fauna e flora para os sistemas naturais e construídos e sua relação histórica com o homem. 					

4. Conhecer os Sistemas de Gestão de Recursos Naturais participativos.
5. Conhecer estudos de casos de planos e programas de gestão dos recursos naturais.

Referências Básicas

BRAGA, Benedito. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Pearson, 2005. ISBN:9788576050414

DERISIO, José Carlos. **Introdução ao Controle de Poluição Ambiental** - 4ª ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2012. ISBN: 9788579750465.

TOMASULO, Pedro Luis Batista. **Gestão da biodiversidade: uma análise com foco na preservação ambiental**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. ISBN: 9788544301692.

Referências Complementares

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos: Informe 2014**. Brasília, DF. 2015. 107 p.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). "Informações sobre Recursos Hídricos". **Conjuntura dos recursos hídricos**. Brasília, DF. 2017. Disponível em:

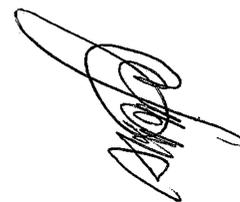
<http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

DERISIO, José Carlos. **Introdução ao controle da poluição ambiental**. São Paulo: Oficina de textos. 5ª edição. 2017. ISBN: 978-85-7975-273-5

FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; ZUFFO, Antônio Carlos; FERRÃO, André Munhoz de Argollo. **Indicadores de Sustentabilidade em Engenharia: Como Desenvolver**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. ISBN 9788535277067

FREITAS, Marcos; RIBEIRO, Marta F.; ROSA, Luiz Pinguelli. **Vulnerabilidade e ações de adaptação dos recursos hídricos às mudanças climáticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

FREITAS, Riane Nunes Marcos; ROSA, Luiz Pinguelli. **Vulnerabilidade dos recursos hídricos no âmbito regional e urbano**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. ISBN: 978-85-7193-221-0.



LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos** - 2ª ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2010.

LIRA, Waleska Silveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa**. Campina Grande: Editora EDUEPB, 2013. ISBN: 9788578792824

NUNES, Riane; FREITAS, Marcos A. V. **Vulnerabilidade dos recursos hídricos no âmbito regional e urbano**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

POLETO, Cristiano. **Bacias hidrográficas e Recursos Hídricos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

SANTOS, Humberto Gonçalves, et al. **Sistema brasileiro de classificação de Solos**. Embrapa, 2013. ISBN 978-85-7035-198-2

SILVA, Luciene Pimentel da. **Hidrologia - Engenharia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. ISBN: 9788535277340

SOARES, Stela de Almeida. **Gestão de recursos hídricos**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

TUNDISI, José Galizia; TUNDISI, Takako Matsumura. **Recursos Hídricos no Séc. XXI**. São Paulo: Oficina de Texto, 2011.

Componente Curricular: Projeto Coletivo II			Créditos: 01
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 18	Aulas práticas (h/a):09	Aulas teóricas (h/a):09	CH total (h/r):
Ementa			
Diagnóstico, planejamento e execução de projeto ambiental e cultural em comunidades contra-hegemônicas, periféricas.			
Referências básicas			
ACOSTA, Alberto. Bem viver : uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2011.			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som . Petrópolis: Vozes, 2002.			

SANTOS, B. S. A gramática do tempo : por uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.
Referências complementares
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
SANTOS, Boaventura de Sousa. "O lugar e o cotidiano". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul . São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 584-682.

Componente Curricular: Seminário Integrador			Créditos: 1
Pré-requisito: Sem pré-requisitos			Correquisito: -
Carga horária total (h/a): 18	Aulas práticas (h/a): 09	Aulas teóricas (h/a): 09	CH total (h/r):
Ementa Estudo e execução de projetos de trabalho: objeto, objetivos, justificativa, metodologia, cronograma.			
Referências básicas FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa . 5. São Paulo: Atlas, 2010. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.			
Referências Complementares GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra . 2. ed. Porto Alegre: Editora Peirópolis, 2000. GONÇALVES, Carlos Walter P. Os (des)caminhos do meio ambiente . São Paulo: Contexto, 1998. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais , n. 63, out. de 2002: p. 237-280. THIOLENT, Michael. Metodologia da Pesquisa-ação . 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.			

7.6 Orientações Metodológicas

A metodologia do curso orienta toda a vida acadêmica dos/das docentes e discentes vinculados à pós-graduação. A formação tem como objetivo maior articular teoria e prática, somando o debate acadêmico aos conhecimentos construídos a partir da vivência dos/as discentes, contribuindo para a formação de um/a profissional mais holístico/a. O objetivo é criar condições teórico-metodológicas para que os/as educandos/as façam diagnósticos, problematizem sua realidade e reelaborem suas práticas de intervenção profissional, social e política a partir das leituras teóricas, fazendo a releitura do teórico a partir da vida e da prática cotidiana, como exige a Resolução CNE/CEB:

Os períodos vivenciados no centro educativo (escola) e no meio sócio profissional (família/comunidade) são contabilizados como dias letivos e horas, o que implica em considerar como horas e aulas atividades desenvolvidas fora da sala de aula, mas executadas mediante trabalhos práticos e pesquisas com auxílio de questionários que compõem um Plano de Estudo (Resolução CNE/CEB, nº 01, 01/02/2006).

Articulando teoria e prática, todos os componentes curriculares do curso terão carga horária teórica e carga horária prática, respeitando os limites estabelecidos na Resolução CNE/CP 02, 19/02/2002, a saber: a) Considerando as Resoluções CNE/CEB, Nº 01 (01/02/2006), o Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural está organizado em 02 (dois) módulos presenciais, com carga horária total de 360 horas definida em função dos componentes curriculares ofertados.

Nesse item, é importante explicitar a abordagem teórico-metodológica, a epistemologia proposta para o curso, ressaltando os aspectos priorizados nas práticas pedagógicas. É importante que se destaquem os princípios orientadores: o saber-fazer do professor repleto de nuances e de significados, repleto de pluralidades, saberes e sensibilidades cultivadas ao longo de sua formação e atuação, que orientam sua ação no contexto de uma sala de aula. Falar de prática docente exige, portanto, que falemos de sujeitos que possuem um ofício.

Pautado nos princípios acima destacados, o PPC deve explicitar as diversas formas de desenvolvimento metodológico dos conteúdos que compõem o currículo, como: seminário, pesquisas, estudos de caso, trabalhos em grupo, aulas expositivas dialogadas, sequências didáticas, projetos didáticos, projetos interdisciplinares e/ou integradores, vivências de campo, troca de saberes com as comunidades envolvidas no espaço acadêmico, dentre outros.



Sendo assim, serão privilegiadas metodologias de caráter participativo com base no entendimento de que o diálogo constitui um método capaz de conduzir o ser humano à reflexão, em processos que permitem a interação entre o sentir, o pensar e o agir, contribuindo para a construção de um posicionamento crítico frente às questões postas pela realidade, objetos de estudo, embasando a busca de alternativas para a realização de troca de saberes.

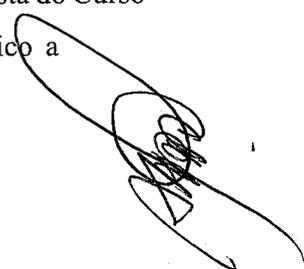
Tais metodologias valorizam o processo de construção coletiva de conhecimentos, com ênfase na transversalidade dos conteúdos. A realização de oficinas, por exemplo, permite que cada cursista vivencie e atue de modo teórico-prático, fazendo-os interagir entre si, ressignificando conceitos e vivências a partir do diálogo com o campo conceitual e prático.

As práticas de formação têm como ponto de partida as relações que constroem a realidade vivenciada pelos/pelas educandos/as, seu tecido social, economia, cultura e paisagens, e têm como ponto de chegada a cidadania ambiental e cultural. Por isso, a ênfase recai na construção de um conhecimento sobre a realidade com base nos seus problemas e nas suas potencialidades, identificando modos de inserção positiva dos sujeitos locais na cotidianidade que cria e recria o espaço onde vivemos e convivemos.

Assim, uma das principais proposições do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências, objetos de análise da realidade e saberes, de uma forma interdisciplinar e, sempre que possível, transdisciplinar, de modo a contribuir para uma análise mais aprofundada do mundo em que vivemos. Essa abordagem pretende contribuir para a formação integral dos sujeitos, mediante o desenvolvimento de projetos integradores vivenciados a partir de iniciativas como seminários, visitas de observação, oficinas, palestras, entre outras estratégias de integração. Além disso, poderão ser desenvolvidas atividades complementares relacionadas a vivências pedagógicas e aulas de campo, dentro dos limites e possibilidades da Instituição, a palestras com profissionais com experiências no campo profissional da área de concentração do curso, bem como Projetos Coletivos.

Pensar na realização de Projetos Coletivos requer a utilização da pesquisa como princípio pedagógico, a partir da qual se pode identificar situações-problema e possíveis formas de contribuir para a sua superação. Os saberes trabalhados durante o curso, assim como a metodologia utilizada, poderão fazer emergir problemas socioculturais e ambientais abordáveis a partir desses conhecimentos, o que torna a resolução de problemas uma abordagem metodológica privilegiada.

Sob uma perspectiva pós-colonial, aportada na teoria do Bem Viver, a proposta do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural tem como aporte metodológico a



pesquisa-ação. Pretende-se dessa forma entender e articular o que docentes, discentes e as comunidades produzem, reproduzem e difundem no âmbito da construção de saberes de forma holística e participativa. Assim, vislumbramos na pesquisa-ação o pilar metodológico que articula a ecologia de saberes e o Bem Viver no espaço da pesquisa e da extensão.

Michel Thiollent (2011) enfatiza que, nesse tipo de investigação, os sujeitos investigados também fazem parte da construção do projeto de pesquisa, pois toda pesquisa-ação é do tipo participativo. Thiollent afirma que esta é uma metodologia de pesquisa social com base empírica. Segundo o autor, ela é executada por meio de uma ação/resolução de um problema coletivo, em que tanto os investigadores quanto os participantes que representam a situação estão envolvidos na cooperação (TRIOLENT, 2011).

É importante ressaltar que, segundo o autor, há algumas premissas para implementar de forma positiva a metodologia:

- a) a pesquisa-ação envolve as/os atrizes/atores de maneira igualitária e democrática;
- b) a relação entre pesquisadora/pesquisador e as/os sujeitas/sujeitos (as/os pesquisadoras/pesquisadores também participam da pesquisa e não são apenas meros observadoras/observadores);
- c) a pesquisa-ação tem o intuito de diagnosticar a situação-problema e propor ações que possam minimizar ou resolver tal situação, coletivamente;
- d) ela está diretamente ligada à forma de organização do grupo estudado;
- e) implica também a adoção de uma postura de corresponsabilidade do/a educando/a, dado que é um construto que se realiza de forma participativa.

7.7 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade essencial para a formação dos/das estudantes do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural, visto que proporciona o desenvolvimento de atitudes e habilidades investigativas, além de contribuir com o enriquecimento do senso crítico e reflexivo dos sujeitos que realizam essa atividade acadêmica, ferramentas indispensáveis ao processo de produção do conhecimento. Nessa perspectiva, o TCC constitui uma atividade acadêmica que deve representar uma sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao perfil de formação do curso, desenvolvido por meio de orientação, acompanhamento e avaliação docente, sendo obrigatório para a conclusão do curso.



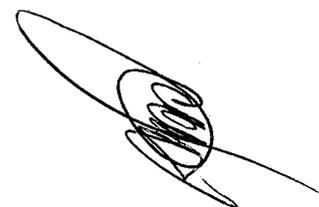
A realização do TCC observará o previsto no regulamento específico aprovado pela Resolução IFPE/CONSUP nº 81/2011 e a Organização Acadêmica Institucional vigente. De acordo com o Artigo 5º da referida Resolução, são objetivos do TCC:

- I. desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias trabalhadas e vivenciadas durante o curso, de forma integrada, através da execução do TCC;
- II. desenvolver a capacidade de planejamento e pesquisa para resolver problemas nas áreas de formação específica;
- III. garantir ao estudante o aprofundamento de seus estudos em uma temática relacionada ao perfil de formação do seu curso (Resolução IFPE/CONSUP nº 81/2011).

Para contemplar esses objetivos, o TCC poderá ser desenvolvido em diferentes formatos (artigo científico, monografia, exposição fotográfica, vídeo), onde o/a educando/a deverá demonstrar competências e habilidades na discussão e proposição de inovações e/ou soluções de problemas específicos relacionados à área de Educação Ambiental e Cultural, deixando claro quais são as concepções teórico-metodológicas que nortearam o desenvolvimento de seu trabalho, pois, independentemente do formato adotado pelo estudante, trata-se de um trabalho acadêmico. Dessa forma, a título de exemplo, se o/a educando/a fizer a opção do TCC em formato de vídeo ou exposição fotográfica, deve ser produzido, para acompanhar o produto final, um material textual que explicita de forma descritiva as etapas para construção do vídeo ou exposição fotográfica, além de discutir as concepções teórico-metodológicas que fundamentaram sua elaboração e finalidade.

Como o TCC pode assumir diferentes formatos, a seguir, faz-se uma breve descrição do modelo que cada um precisa assumir em termos de concepção teórico-metodológica.

- I. Artigo Científico – trabalho que deve apresentar e discutir ideias, apresentando objeto, objetivos, fundamentação teórica, metodologia, análise de resultados, considerações finais e referências, no âmbito da Educação Ambiental e Cultural.
- II. Monografia – trabalho com conteúdo teórico-metodológico que deve apresentar o resultado e discussão de um estudo científico de tema bem delimitado, apresentando objeto, objetivos, fundamentação teórica, metodologia, análise de resultados, considerações finais e referências, no âmbito da Educação Ambiental e Cultural.
- III. Vídeo – deverá ser elaborado a partir do uso de tecnologias profissionais e/ou amadoras, sendo que o roteiro deverá ser produzido a partir das temáticas



discutidas durante o curso e/ou de experiências vivenciadas no contexto ambiental e cultural.

- IV. Exposição fotográfica – deverá ser elaborada a partir do uso de tecnologias profissionais e/ou amadoras, sendo que o roteiro deverá ser produzido a partir das temáticas discutidas durante o curso e/ou de experiências vivenciadas no contexto ambiental e cultural.

Outras formas de apresentação de TCC poderão ser admitidas, desde que haja as condições necessárias para sua orientação, elaboração e apresentação na Instituição e não se perca de vista o caráter acadêmico, isto é, o respaldo teórico-metodológico, conforme a perspectiva assumida no âmbito do Curso.

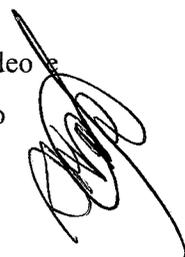
O TCC será orientado por um/a professor/a que deverá ser, obrigatoriamente, docente do IFPE, com titulação mínima de especialista, podendo contar com a colaboração de outro/a profissional de área afim à do TCC, podendo esse/essa docente ser do IFPE ou de Instituição externa, o/a qual atuará na condição de coorientador/a, sem ônus para a Instituição.

A apresentação do TCC só poderá ocorrer se o/a educando/a estiver aprovado/a em todos os componentes curriculares do curso. O TCC será apresentado em sessão pública perante uma banca examinadora composta pelo/a professor/a orientador/a e, no mínimo, por mais dois componentes, sendo obrigatória a participação de um profissional externo ao Colegiado do Curso, com reconhecida experiência prática e/ou acadêmico-científica na área de desenvolvimento do objeto de estudo. Para ser componente da banca como membro interno e externo, o/a examinador/a terá que ter a titulação mínima de especialista em áreas afins à do curso, com competência para avaliação do trabalho em seus aspectos científicos.

A avaliação do TCC pela banca examinadora deve considerar sua qualidade, relevância e, principalmente, contribuição à área de Educação Ambiental e Cultural. No caso em que o TCC tiver o formato de vídeo ou jogos, a banca deve considerar, também, a facilidade de uso pelo público-alvo e formas de divulgação.

A nota final do TCC deverá ser a média aritmética das notas atribuídas ao trabalho pelos membros da Banca Examinadora, observando uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O estudante estará aprovado se obtiver nota mínima igual a 7,0 (sete), sendo esta aferida pela Banca Examinadora. Após a avaliação, correções e proposições da banca examinadora, quando for o caso, o trabalho fará parte do acervo bibliográfico da Instituição.

Destaque-se que a monografia deve ser feita de forma individual; o artigo, vídeo e exposição fotográfica podem ser de forma individual ou em dupla. Chama-se a atenção ao



estímulo à inovação tecnológica nas distintas formas de construção e implementação do TCC deste curso de Especialização, pensado para contribuir nos distintos contextos culturais, sociais, econômicos dos sujeitos educandos, envolvidos no processo.

7.8 Atividades Complementares

As atividades complementares são assim chamadas por constituírem atividades de enriquecimento curricular que perpassam a tríade ensino-pesquisa-extensão e têm como horizonte complementar o processo formativo do/a pós-graduando/a para além do cumprimento dos créditos referente aos componentes curriculares cursados pelos/as educandos/as. Partindo desse pressuposto, toma-se por base o conteúdo da Resolução nº 080/2012 do IFPE, que regulamenta e estabelece critérios para a avaliação das Atividades Complementares desenvolvidas pelos/as estudantes dos cursos superiores do IFPE. O Art. 1º do referido instrumento ressalta que “as Atividades Complementares, acadêmico-científico-culturais, constituem-se de experiências e oportunidades de enriquecimento curricular que visam potencializar a qualidade da ação educativa, favorecendo a ampliação do universo cultural dos estudantes”. (RESOLUÇÃO nº 080/2012).

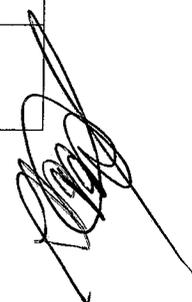
Desse modo, na condição de estudos integradores, as atividades complementares também expressam a flexibilidade do currículo e devem fomentar o desenvolvimento e reconhecimento de práticas pedagógicas exitosas e, por tudo isso, são concebidas na perspectiva da independência intelectual e acadêmica do discente. Elas envolvem a participação em seminários, projetos de Pesquisa ou de Extensão, grupos de estudos, publicação de trabalhos técnico-científicos, dentre outras ações.

No quadro 08, são listadas as atividades que poderão compor as atividades acadêmico-científico-culturais no contexto desta Especialização em Educação Ambiental e Cultural.

Quadro 08 – Atividades complementares do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural

Nº de ordem	ATIVIDADE	Carga horária máxima para aproveitamento por semestre	Carga horária máxima para aproveitamento no curso
01	Atividade de participação em projetos sociais.	20 horas	60 horas

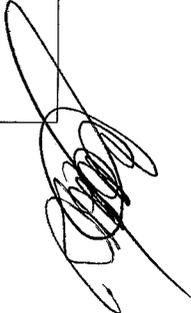
02	Atividades de vivência profissional complementar, como realização de estágios não curriculares.	20 horas	60 horas
03	Atividade de participação em projetos de extensão	20 horas	60 horas
04	Atividades de participação em eventos técnico-científicos, a exemplo de seminários, conferências, congressos, palestras, fóruns, semanas acadêmicas, jornadas científicas e outros de mesma natureza.	30 horas	90 horas
05	Atividades de organização de eventos acadêmicos e palestras oferecidas, a exemplo de seminários, conferências, congressos, palestras, fóruns, semanas acadêmicas, jornadas e outros de mesma natureza.	30 horas	90 horas
06	Apresentação de trabalho em eventos técnico-científicos.	30 horas	90 horas
07	Atividade de participação de cursos regulares de língua estrangeira e LIBRAS.	30 horas	90 horas
08	Participação em grupos de estudo e/ou integralizados na Instituição de Formação sob supervisão de docentes do curso.	20 horas	60 horas
09	Publicação de trabalhos em livros, cadernos e revistas indexadas e não indexadas (porém com avaliador <i>ad hoc</i>), jornais e anais, bem como premiação em concursos.	30 horas	90 horas
10	Inserção em atividades práticas articuladas com a educação formal e não	20 horas	60 horas



	formal, a exemplo de feiras, exposições, jornadas, dentre outras.		
11	Participação em mobilidade estudantil e intercâmbio, no âmbito nacional e internacional.	30 horas	90 horas
12	Ter cursado, com aprovação, componentes curriculares nos últimos 5 anos.	20 horas	60 horas
13	Experiências profissionais e/ou complementares relacionadas com a área de atuação deste curso de especialização.	20 horas	60 horas
14	Atividades de participação em ações comunitárias, como o acompanhamento técnico, estudo, pesquisa e assessoria técnica, que envolvam a Educação Ambiental e/ou Cultural e sejam realizadas junto a movimentos sociais, associações de bairros, comunidades locais, grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos produtores, assentados etc.	30 horas	90 horas
15	Participação em cursos de extensão e de estudos a distância.	20 horas	60 horas
16	Atividades artístico-culturais, como produção ou elaboração de vídeos e softwares relacionados à área de formação deste curso.	20 horas	80 horas
17	Participação em projetos socioeducativos, socioculturais e/ou socioambientais desenvolvidos por instituições públicas (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Cultura, Meio Ambiente e	20 horas	60 horas



	Sustentabilidade, escolas e afins) ou organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, dentre outras, cujo campo de atuação esteja relacionado com o campo da Educação Ambiental e/ou Cultural.		
18	Participação discente em órgãos de representação colegiada, em comitês ou comissões de trabalhos no IFPE não relacionadas a eventos, e participação em entidades estudantis do IFPE formalmente constituídas.	10 horas	60 horas
19	Participação em cursos, minicursos, oficinas e trabalhos de campo na área de conhecimento da Especialização em Educação Ambiental e Cultural. Em relação aos trabalhos de campo, só serão validados quando realizados em eventos externos, isto é, que não constituam atividades regulares do processo de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares do curso.	10 horas	30 horas
20	Participação, como ouvinte, em seminários e/ou oficinas relacionados à construção do Trabalho de Conclusão de Curso.	05 horas	15 horas
21	Cursos dirigidos a distância por Instituições devidamente autorizadas e reconhecidas, desde que em áreas afetas ao Curso de Especialização Ambiental e Cultural.	20 horas	40 horas



22	Atividades de organização e participação em eventos culturais e/ou esportivos.	30 horas	90 horas
----	--	----------	----------

As atividades listadas no quadro 08 evidenciam o zelo para que o/a educando/a da Especialização em Educação Ambiental e Cultural procure, ao longo do processo formativo, o efetivo engajamento em atividades de natureza técnico-científica e de vivências no campo artístico e cultural, da política estudantil, bem como a participação em projetos sociais governamentais, com os movimentos sociais e organizações não governamentais. Com isso, procura-se promover a formação cidadã, tendo como horizonte uma postura crítico-reflexiva diante do mundo e do lugar onde se vive. A consideração dessas atividades também toma por base a necessária articulação da tríade ensino-pesquisa-extensão, pautada na formação do/a cidadão/cidadã crítico-reflexivo/a e que, por meio do respeito ao meio ambiente e da vivência em atividades culturais, articule o saber acadêmico com os distintos e importantes saberes da tradição.

Considerando a importância das atividades complementares para o enriquecimento curricular, o Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural deverá promover, em todos os semestres letivos, eventos de natureza artístico-cultural, técnico-científica e/ou de vivências e reflexões em torno da área de formação, com o propósito de fomentar o ambiente acadêmico e de reflexão em torno da realidade socioambiental e das expressões artístico-culturais do lugar onde vive.

Portanto, tendo em vista os encaminhamentos dados às atividades complementares, ressalte-se que não obstante seja dever do curso propiciar condições efetivas para que o/a estudante participe de atividades acadêmico-científico-culturais no âmbito interno desta Especialização, deve-se, por outro lado, estimular o/a discente a ter uma postura proativa e autônoma, buscando, por seus próprios esforços e iniciativas, também participar de atividades dessa natureza em ambientes acadêmicos e sociais internos e externos ao IFPE.

Vale ressaltar que a coordenação do curso e o corpo docente da Especialização em Educação Ambiental e Cultural estimulará os/as educandos/as a participarem de atividades complementares, por compreenderem que contribuirão com a formação acadêmica dos/das mesmos/mesmas, porém tais atividades não se constituirão como instrumentos avaliativos para atribuição de nota.



7.9 Processo de Avaliação da Aprendizagem

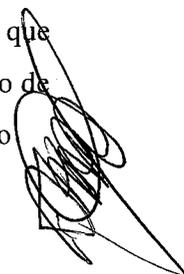
Os processos avaliativos envolvem uma grande complexidade. A propósito, Sacristán e Gómez (2000, p. 296) afirmam que a prática de avaliar cumpre “uma função didática que os/as professores/as realizam, fundamentada numa forma de entender a educação, de acordo com modos variados de enfocá-la, proposições e técnicas diversas para realizá-las, etc.”. Os referidos autores ressaltam ainda que, sob uma perspectiva crítica, a avaliação da aprendizagem deve ser sensível aos fenômenos e ao contexto escolar em que se realiza, pois a avaliação induz certas posturas e fenômenos tanto entre os/as estudantes, quanto entre os/as professores e professoras e a escola enquanto instituição. Feita essa advertência, a avaliação no curso deverá ser concebida como uma dimensão contínua do processo de ensino-aprendizagem e não apenas como momentos isolados desse mesmo processo.

Assim, a avaliação da aprendizagem constitui uma reflexão conjunta sobre a prática pedagógica durante o curso. Tal entendimento não exclui, no entanto, a utilização de instrumentos usuais de avaliação, tais como trabalhos escritos, individuais e em grupo, seminários, relatórios, resenhas de livros, análise dos produtos das atividades acadêmicas, entre outros. O sistema de avaliação tomará por base as normas vigentes para os cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFPE.

Assim, no presente projeto, a avaliação é considerada mais além do que um processo contínuo e interativo, sendo entendida como um instrumento dotado de sentido para o/a educador/a ambiental e cultural, tratando-se de um processo avaliativo coletivo. Esta opção é muito importante no caso do/a especialista, posto que deverá ser multiplicador/a da visão pedagógica que compreende a avaliação como instrumento de mediação na construção do conhecimento entre os/as participantes do processo educativo.

Nesse sentido, a avaliação passa a ser coletiva, considerando suas dimensões diagnóstica, processual, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica demanda observação constante e significa a apreciação contínua pelo/a professor/a do desempenho que o/a aluno/a apresenta. Este processo avaliativo prima pela visão contínua do fluxo de atividades. A avaliação formativa envolve análises do aproveitamento do/a discente, realizando-se com periodicidade curta, o que representa uma visão mais próxima do processo de apropriação do conhecimento pelo/a educando/a. Ela necessita estabelecer objetivos a médio prazo, para então se estruturar em suas fases iniciais e em níveis crescentes de complexidade.

Por sua vez, a avaliação somativa tem por objetivo a apreciação geral do grau em que os objetivos amplos foram atingidos, como parte essencial de etapas anteriores do processo de ensino-aprendizagem alcançadas no transcorrer do curso (SILVA, 2003). Esse processo, no



entanto, será um processo coletivo, trazendo à cena tanto as vivências em cada componente curricular, quanto a materialização do Projeto Coletivo ao fim de cada módulo de estudo.

Vê-se, dessa maneira, que as distintas dimensões da avaliação têm um importante papel no processo de ensino-aprendizagem e na reorientação da prática pedagógica do/a educador/a, que não cessará ao fim do componente curricular, mas irá estender-se materializando seus resultados no Projeto Coletivo ao fim de cada módulo.

Os critérios de avaliação adotados dependerão dos objetivos de ensino e saberes pretendidos para cada momento. O/A professor/a, dessa maneira, precisará elencar em seu plano os critérios que respondam às expectativas iniciais, garantindo, dessa forma, a flexibilidade necessária em seu planejamento. Desta maneira, a avaliação supera momentos pontuais e se configura como um processo de investigação, de respostas e de regulação do ensino-aprendizagem, considerando que todo/a educando/a é capaz de aprender e assumindo a *educabilidade* como um dos princípios norteadores da prática avaliativa.

A avaliação, nessa perspectiva, considera os ritmos e caminhos particulares que são trilhados pelos/as estudantes, acolhendo as diferenças no processo de ensino-aprendizagem. Por esse motivo, faz-se necessário uma diversidade de instrumentos que se comuniquem e se complementem, possibilitando uma visão contínua e ampla das aprendizagens, que busca dialogar com uma pedagogia diferenciada em um currículo flexível e contextualizado. Nessa perspectiva, propõe-se que o/a professor/a considere as múltiplas formas de avaliação, por meio de instrumentos diversificados que lhe possibilitem observar melhor o desempenho e o desenvolvimento do/a estudante nas atividades educativas, que serão inter-relacionadas e inter-complementares ao longo dos Componentes Curriculares.

Partindo das considerações mencionadas, no Programa de Ensino de cada componente curricular deverão constar os critérios de avaliação, os instrumentos a serem utilizados, os conteúdos e os objetivos a serem alcançados, sendo necessário que o/a aluno/a alcance o mínimo de 70% (setenta por cento) de aprendizagem para que seja considerado/a *aprovado/a*. Essa definição, no entanto, ocorrerá de modo coletivo, ao final de cada módulo, quando será considerado todo o percurso formativo do/a estudante. Essa definição ocorrerá ao final do Componente Curricular Projeto Coletivo (Projeto Coletivo I e Projeto Coletivo II).

Cumprindo um requisito legal, a frequência mínima obrigatória é de 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação nas atividades acadêmicas. Por conseguinte, será considerado/a *reprovado/a* o/a estudante que estiver ausente por um período superior a 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do módulo.

Para fins de registro, o resultado do processo de avaliação deverá expressar o grau de desempenho em cada componente curricular, quantificado em nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), tomando como referência o disposto no Regulamento Geral dos Cursos de Pós Graduação Lato Sensu do IFPE, Art. 19, § 3º, em vigor.

A recuperação, quando necessária para suprir as eventuais dificuldades no desempenho acadêmico, será realizada paralelamente aos estudos e/ou ao final do semestre visando à superação das dificuldades. Com isso, poderá ser adotado, sempre que necessário, procedimentos e estratégias de aprendizagem que possibilite aos estudantes participarem de novas oportunidades de aprendizagem.

Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso com base nos dispositivos legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

7.10 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Compreendendo a prática avaliativa como um processo inerente à construção do conhecimento, tanto na dimensão curricular quanto na dimensão institucional, o PPC será avaliado periodicamente, de forma sistemática, envolvendo os/as discentes, docentes, coordenador e apoio administrativo acadêmico.

A avaliação incidirá sobre as dimensões pedagógicas, corpo docente e infraestrutura, através de instrumentos e procedimentos que permitirão o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, bem como o aperfeiçoamento do próprio PPC.

Nesta perspectiva, serão adotados os seguintes procedimentos: realização de reuniões pedagógicas de avaliação do curso envolvendo o corpo docente, objetivando discutir o andamento do curso, planejar atividades comuns, estimular o desenvolvimento dos projetos coletivos e definir diretrizes que possam contribuir para a o redirecionamento das ações que objetiva a melhoria dos resultados do Curso.

7.11 Acessibilidade

A concepção de acessibilidade contempla, além da acessibilidade arquitetônica e urbanística na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, a acessibilidade pedagógica, referente ao acesso aos conteúdos, informações, comunicações e materiais didático-pedagógicos. Em todos os casos, trata-se de assegurar os



direitos das pessoas com deficiência, no que se refere ao acesso aos direitos sociais básicos, inclusive o direito a uma educação de qualidade.

Nesse sentido, é importante prever recursos que possibilitem a acessibilidade de conteúdo, o que supõe, além de profissionais qualificados, mobiliário e materiais didáticos e tecnológicos adequados e adaptados, que viabilizem o acesso aos conhecimentos e o atendimento a esse público. Para isso, o Curso de Especialização em Educação Ambiental e cultural contará com o apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNE) e da Assessoria Pedagógica (ASPE) quando forem identificados estudantes deficientes matriculados.

No que se referem às instalações físicas e às condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, a Instituição dispõe de rampas e de um elevador de uso exclusivo para este público, localizados no Bloco A, em observância ao Decreto nº 5.296/2004.

Tais estratégias visam a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares e de comunicação e sinalização, entre outras, de modo a assegurar a inclusão educacional das pessoas deficientes, ou seja, a “não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência”, além de atendimento pedagógico adequado (Decreto nº 7.611/2011, Art. 1º, Inciso I a VIII).

7.12 Acompanhamento de Egressos

O curso buscará realizar acompanhamento de seus/suas egressos/egressas para identificar como ocorre sua inserção e permanência no mundo do trabalho, bem como para compreender a percepção que os mesmos possuem acerca do curso que realizaram. Esse entendimento possibilita o reconhecimento de potencialidades e fragilidades do curso, assim como seu aprimoramento.

Através de listas de e-mail, os/as egressos/egressas serão informados/as dos eventos que possivelmente ocorrerão no IFPE na área do curso e poderão aprimorar-se profissionalmente, participar em grupos de pesquisa e divulgar trabalhos científicos, bem como trazer sua experiência profissional aos/às educandos/as correntes do curso.

Outra forma de acompanhar a trajetória dos/das egressos/as é através do acompanhamento das listagens de aprovação de concursos públicos e processos seletivos municipais, estaduais e federais, que funcionam como bons indicadores para se verificar se o curso tem correspondido às demandas regionais, além de contato com os movimentos sociais contra-hegemônicos e produções artístico-culturais.



7.13 Certificação

Após o cumprimento de todos os módulos, créditos e projetos requeridos pela proposta do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural, inclusive no que diz respeito à apresentação do TCC, será conferido ao/à egresso/a o certificado em Especialista em Educação Ambiental e Cultural.

7.14 Coordenador do Curso

No quadro 9, a seguir, são identificados os dados do coordenador do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural.

Quadro 09 - Dados do Coordenador do Curso

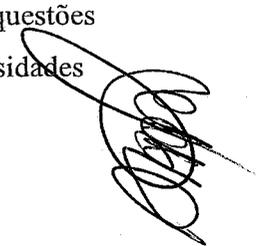
Curso	Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural
Nome do Coordenador	Marcos Moraes Valença
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva (DE)
CH semanal dedicada à coordenação	16 h
Tempo de exercício na IES	25 anos
Formação	Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global Mestrado em Educação Especialização em Formação de Gestores Culturais do Nordeste Especialização em Administração de Recursos Humanos Graduação em Pedagogia Graduação em Administração
Titulação	Doutor
(nome do curso/ área de concentração/ IES/ano)	Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, CES - UC, Portugal. 2015



Experiência em ensino	<p>Docente no Curso de Licenciatura em Geografia</p> <p>Docente no Curso Superior Tecnológico em Gestão Ambiental</p> <p>Docente no Curso Técnico de Turismo, Saneamento, Segurança do Trabalho, Eletrônica, Eletrotécnica, Sistema de Informação, Refrigeração, Química, Mecânica</p> <p>Docente no Curso Superior Tecnológico de Design</p> <p>Docente no Curso de Especialização em Gestão Pública</p> <p>Docente no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Docente no Curso de Especialização em Gestão Pública</p>
Projetos de pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Flores e quilombolas: mulheres agroecológicas e a cidadania cultural - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco e movimentos sociais pernambucanos: possibilidades de diálogo e ecologia dos saberes. - Epistemologias alternativas, movimentos sociais, educação e meio ambiente: um estudo com catadores/as de materiais recicláveis. - Assentamento Pedro Inácio de Nazaré da Mata - Condições socioambientais
Experiência em Gestão	<p>Líder do grupo de pesquisa: Epistemologias alternativas, movimentos sociais, educação e meio ambiente.</p>
CONTATO	<p>marcosmvalenca@gmail.com</p>

A Coordenação do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural deverá ser sempre ocupada por servidor docente ou técnico administrativo do IFPE com regime de trabalho de 40h ou Dedicção Exclusiva, com titulação de mestre ou doutor, e uma experiência mínima comprovada de 5 anos de docência no ensino superior.

O(a) coordenador(a) assume o papel de conduzir as atividades administrativas e pedagógicas, com a finalidade de responder junto às instâncias competentes questões diretamente relacionadas às demandas do curso, além de viabilizar e concretizar necessidades



internas do corpo docente. As atividades executadas no âmbito da Coordenação devem estar em consonância com as decisões tomadas pelo conjunto de professores que compõem o quadro docente e com as normas internas da Instituição.

A atuação da Coordenação é pautada pelo diálogo e respeito aos profissionais e estudantes e pela busca constante da construção de um curso de qualidade; assumindo uma dinâmica de compartilhamento das responsabilidades, tendo em vista o cumprimento dos objetivos de formação propostos.

7.15 Corpo Docente

O corpo docente do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural é composto por 24 (vinte e quatro) professores em seu quadro atual, sendo 13 (treze) doutores, 10 (dez) mestres e 1 (um) especialista; todos servidores docentes ou técnico-administrativos do IFPE, com regime de trabalho de 20h, 40h ou de Dedicção Exclusiva (DE), conforme Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 - Corpo Docente do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural

Nº	NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	TEMPO DE ENSINO	CAMPUS
1	Adauto Gomes Barbosa	Doutor	DE	13 anos	Recife
2	Alessandra Lee Barbosa Firmo	Doutor	DE	10 anos	Recife
3	Ana Alice Freire Agostinho	Mestre	DE	32 anos	Barreiros
4	Anselmo Cesar Vasconcelos Bezerra	Doutor	DE	11 anos	Recife
5	Bruna Galindo Moury Fernandes	Mestre	DE	16 anos	Recife
6	Carlos Henrique Romeu Cabral	Mestre	DE	15 anos	Olinda

7	Edlamar Oliveira dos Santos	Doutor	DE	28 anos	Recife
8	Elba Maria Nogueira Ferraz Ramos	Doutor	DE	28 anos	Recife
9	Eliana Virgínia Vieira de Melo	Doutor	DE	15 anos	Recife
10	Elizete da Silva Coelho	Mestre	DE	24 anos	Recife
11	Eugênia de Paula Benício Cordeiro	Doutor	DE	35 anos	Recife
12	Jaqueline Alves	Mestre	DE	11 anos	Barreiros
13	José Severino Bento da Silva	Doutor	DE	21 anos	Recife
14	Luciana Pereira	Doutor	DE	9 anos	Recife
15	Maciel Henrique Carneiro da Silva	Doutor	DE	16 anos	Recife
16	Marcos Moraes Valença	Doutor	DE	25 anos	Recife
17	Maria Tereza Duarte Dutra	Doutor	DE	23 anos	Recife
18	Nielson da Silva Bezerra	Mestre	DE	23 anos	Recife
19	Nubia Michella Clementino da Silva	Mestre	DE	8 anos	Barreiros
20	Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos	Especialista	DE	12 anos	Recife

21	Vânia Carvalho	Doutor	DE	24 anos	Recife
22	Vivian Delfino Motta	Mestre	DE	18 anos	São Paulo
23	Wedmo Teixeira Rosa	Doutor	DE	19 anos	Recife
24	Camila Silva de Lima	Mestrado	DE	21 anos	Paulista

Além dos/as docentes identificados no quadro 10, outros/as servidores/as (docentes e administrativos) e demais pessoas não vinculadas ao IFPE, mas que possuam conhecimento vivencial ou acadêmico, poderão ser convidados/as a contribuir neste processo de construção do conhecimento ao longo da realização do curso, desde que atendam às necessidades do mesmo. Observa-se que há uma professora, Vivian Delfino Motta, que, na construção deste Projeto, pertencia à Reitoria do IFPE e, em seguida, voltou ao *campus* de origem, do IFSP.

7.16 Servidores Técnico-Administrativos

O Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural, além do corpo docente, conta com servidores do IFPE em funções técnicas e administrativas, os quais contribuem para o adequado funcionamento do curso. O quadro 11 os identifica, tal como listados: 1 (uma) pedagoga, 1 (um) auxiliar administrativo e 1 (um) técnico de laboratório.

Quadro 11- Servidores Técnico-Administrativos

Servidores com funções técnicas e administrativas no Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural		
Nº	Nome	Função
1	Ruth Malafaia Pereira	Pedagoga
2	A ser indicado	Auxiliar administrativo
3	A ser indicado	Técnico de laboratório

Além deste quadro específico, há também os/as servidores/as que atuam na Biblioteca, atendendo todo o *campus* Recife e, conseqüentemente, o Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural. Por sua vez, há ainda os servidores do *campus* que atuam no setor de registro e controle acadêmico, que do mesmo modo atenderão os estudantes do curso.

7.17 Infraestrutura

7.17.1 Instalações e equipamentos

O Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural funcionará no *Campus* Recife do IFPE, onde se encontra uma infraestrutura necessária que oferece aos/às seus/suas professores/as e estudantes instalações físicas, ambientes pedagógicos e administrativos, equipamentos, utensílios, entre outros, que asseguram uma estrutura suficiente e adequada para o alcance dos objetivos deste Plano de Curso. Atualmente, está disponibilizada a infraestrutura relacionada no quadro 12, conforme listada a seguir.

Quadro 12 – Ambientes administrativos e educacionais disponibilizados para o curso

ITEM	DEPENDÊNCIAS	QUANTITATIVO	ÁREA m ²
ÁREAS COMUNS			
1	Direção Geral do <i>Campus</i> Recife	01	22,50
2	Gabinete da Direção-Geral	01	9,00
3	Diretoria de Ensino	01	9,00
4	Assessoria Pedagógica	01	22,50
5	Coordenação de Gestão do Controle Acadêmico	01	38,25
6	Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão	01	22,50
7	Divisão de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	01	9,00
8	Divisão de Extensão	01	9,00
9	Direção de Assistência ao Estudante	01	22,50
10	Coordenação de Serviço Social e Psicologia	01	9,00
11	Serviço de Psicologia	01	22,50

12	Serviço Social	01	22,50
13	Coordenação de Serviço Médico e Odontológico	01	9,00
14	Ambulatório	01	67,50
15	Gabinete Médico	01	10,0
16	Gabinete Odontológico	01	10,0
17	Núcleo de Apoio à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (NAPNE)	01	22,50
18	Coordenação de Biblioteca	01	9,00
19	Biblioteca / Sala de leitura / Estudos	01	520,00
20	Sala de Professores	01	80,00
21	Auditório	01	460,00
22	Miniauditório	01	120,00
23	Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	11	141,00
24	Estacionamento	02	-
ÁREAS DO DEPARTAMENTO/ CURSO			
25	Sala do Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança	01	32,50
26	Sala para atendimento ao estudante: serviço de informação acadêmica	01	16,00
27	Coordenação do Curso	01	18,00
28	Sala de Aula (miniauditório)	01	48,00
29	Laboratório de Geoprocessamento (Sala C -56)	01	60,00
30	Laboratório de Informática (Sala C - 5)	01	60,68
31	Sanitários femininos	16	32,40
32	Sanitários femininos para pessoas com Deficiência	04	11,7
33	Sanitários masculinos	16	18,00
34	Sanitários masculinos para pessoas com Deficiência	04	11,7



No quadro 13, a seguir, é apresentada a relação de equipamentos e mobiliário do Departamento Acadêmico de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, no qual funcionará o Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural.

Quadro 13 - Equipamentos e mobiliário do Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança

DASS			ÁREA FÍSICA (m ²): 32,00
TEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES
	Microcomputadores	03	1 <i>all in one</i> HP, 2 Itautec monitor de 14
	Impressora laser P&B multifuncional	01	Kyocera FS C5400DN
	Impressora laser P&B	01	Kyocera KM 2820
	Notebook	01	HP, HD de 500 MB e Memória RAM 2.0 MB
	Frigobar	01	Electrolux de 79.0 litros
	Aparelho de ar condicionado Split	01	18.000 BTUs Samsung
	Ramais telefônicos	03	Ramal 1671, 1706
MOBILIÁRIOS		QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES
	Estação de trabalho	03	Madeira compensada revestida e estrutura em ferro pintado
	Mesas	01	Madeira compensada revestida e estrutura em ferro pintado
	Cadeiras	06	3 com rodízios e 4 com pernas fixas
	Armários	06	Armários de madeira com 2 portas e prateleiras
	Gaveteiros	02	Em madeira, com 4 gavetas
	Quadro de avisos	01	Compensado formicado

7.17.2 Sala da Coordenação

A Sala da Coordenação é constituída por um Gabinete para o Coordenador, com área de dezoito metros quadrados, e uma sala de reuniões e de apoio aos docentes (12m²), conforme discriminados no quadro a seguir.

Quadro 14 - Mobiliário da sala da Coordenação do Curso.

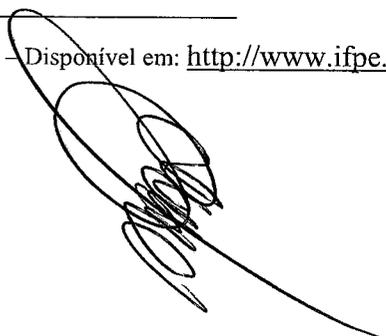
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL			ÁREA FÍSICA: (12m ²)
TEM	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES
	cadeiras	10	Estilos diversos
	poltronas	02	Estilo sofá
	mesa	01	birô
	armário	02	Armário de aço

7.17.3 Biblioteca

A biblioteca é importante fonte de apoio técnico à formação acadêmica do IFPE – Campus Recife e possui espaços para estudo individual e em grupo. A biblioteca opera com um sistema informatizado, possibilitando acesso via terminal local instalado ao seu acervo, além de via *internet* através do site <https://qacademico.ifpe.edu.br/qacademico/biblioteca/>. O IFPE conta ainda com 2 (dois) sistemas de Bibliotecas Virtuais¹:

I - EBRARY - Bases de dados de livros eletrônicos cujo acesso está disponibilizado ao IFPE e contém mais de 100 mil livros na íntegra, sendo 764 títulos em português e 11.400 títulos em espanhol (eLibro™). A base de livros eletrônicos Ebrary está disponível para acesso. Todos os IPs do IFPE estão liberados, basta a comunidade acadêmica entrar no site <<http://site.ebrary.com/lib/ifpe/home.action>> e realizar seu cadastro. Os livros disponibilizados para consulta podem ser baixados em PDF, sendo que para realizar o empréstimo é necessário baixar o Adobe Digital Editions. Ele permitirá que o livro fique disponível durante 14 dias para leitura, depois irá expirar. Se necessário, o livro poderá ser baixado novamente por mais 14 dias.

¹ IFPE, 2017 – Disponível em: <http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/biblioteca/virtual> Acesso em: 21 set. 2017.



II - PEARSON - A Biblioteca Virtual da Pearson é uma biblioteca com quase três mil títulos em português, disponível à Comunidade Acadêmica do IFPE 24 horas por dia, 07 dias por semana, sem limites de acesso. O acesso à Biblioteca Virtual da Pearson poderá ocorrer através de qualquer computador, tablet, Ipad e smartfone via Sistema Q-Acadêmico.

A política de empréstimos da Biblioteca do IFPE – *Campus Recife* prevê um prazo máximo de 8 (oito) dias para o estudante e 30 (trinta) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consulta na própria Instituição. O acervo está dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos. Todo o processo de empréstimo é realizado de forma rápida e eficiente pelo usuário, graças aos recursos de informática disponíveis na biblioteca. Além disso, o horário de funcionamento é adequado e flexível, possibilitando o livre acesso à biblioteca no momento em que os estudantes estão em atividades acadêmicas.

7.17.4 Infraestrutura da Biblioteca

A Biblioteca do IFPE *Campus Recife* apresenta uma infraestrutura conforme discriminado no quadro 15, a seguir.

Quadro 15 – Infraestrutura da Biblioteca: mobiliário e equipamentos

ITEM	BIBLIOTECA DO IFPE – <i>Campus Recife</i> - 736 m ²	
		Área do Acervo (climatizada)
	Área de Estudos (climatizada)	240 m ²
	Área Lab. Informática (climatizada)	32 m ²
	Área Administrativa	176 m ²
Mobiliário		Quantidade
1	Estantes do acervo – dupla face	98
2	Mesas para estudo	32
3	Cadeiras	200
4	Arquivo	0
5	Armários	6
6	Escaninhos	4
7	Estantes ‘guarda-bolsas’	120
8	Estações de trabalho	3
9	Mesas / Balcões	14

10	Carrinhos de reposição dos livros	16
Equipamentos		
1	Computadores com acesso à internet	2
2	Computadores com acesso ao acervo	2
3	Computadores de uso interno	4
4	Computadores no balcão de atendimento	2
5	Impressora Kyocera KM 2820	1
6	Impressora HP Laser Jet 1020	0
7	Ar condicionado (ACJ) 30000 BTUs	1
8	Ar condicionado Split - Carrier	5
9	Ar condicionado Split - Electrolux	4
10	Micro-ondas Home Leader	1
11	Frigobar Electrolux 79Litros	1
Recursos Humanos		
1	Bibliotecário / Documentalista	2
2	Auxiliar Administrativo	7
Horário de funcionamento:		
7h30 às 21h00 horas – segunda a sexta-feira.		



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**. São Paulo: Autonomia Libertária, 2016.

BARREIRO, Iraíde Marques de F.; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL: Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental por um Brasil sustentável: PRONEA, marcos legais e normativas**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes . Acesso em: 01.02.2018

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 01 de fevereiro de 2006

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf Acesso em: 20.02.2018

BRASIL, MEC/SETEC/ IFPE. **Documento de Referência do PPPI**. Recife: IFPE, 2012.

Disponível em: <http://www.ifpe.edu.br/campus/recife/o-campus/documentos/projeto-politico-pedagogico-do-ifpe/projeto-politico-pedagogico-do-ifpe.pdf> Acesso em 01.02.2018

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2009 a 2013**. Recife: IFPE, 2009. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/pdi-1>. Acesso em 01.02.2018.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. (org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Celso Suckow da. **História de ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, Tip. da Escola Técnica Nacional. 1961. v. 1, p. 169.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 20ª ed. revista. Porto Alegre: Mediação, 1993.

KLEIN, *in*, FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Didática e interdiscinaridade.** 12ª ed.. Campinas, SP: 1998.

LA TORRE, S. de. **Sentipensar:** estratégias para un aprendizaje creativo. Mimeo. 2001.

MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de la. **Sentipensar:** fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **Sentipensar sob o olhar autopoietico:** estratégias para reencantar a educação. Disponível em <http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/sentipensar_autopoietico.pdf> Acesso em dez. 2017. Acessado em: 05 maio 2016.

MORAES, M. C. **Ecologia dos saberes:** complexidade, transdisciplinaridade e educação: novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais. São Paulo: Antakarana/WHH – Willis Harman House, 2008.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo:** não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SODRÉ, M. **Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).** **Revista Rizoma.** Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, p. 166, julho, 2014. ISSN: 2318-406X.

Spivak, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

NICOLESCU, Basarab. **Educação e transdisciplinaridade I.** Brasília: Unesco, 2000.

PERRENOUD, Phillippe. **Avaliação:** entre duas lógicas. Da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. **Compreender e transformar o ensino.** 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

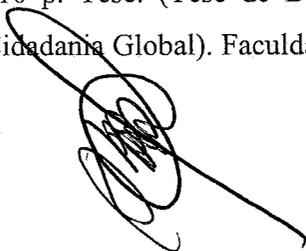
SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280. out. de 2002.

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VALENÇA, M. M. **Ecologia de saberes e justiça cognitiva. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução?** 2014, 310 p. Tese. (Tese de Doutorado do Programa de Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.



APÊNDICES

Programas dos Componentes Curriculares



	<p style="text-align: center;">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO</p> <p style="text-align: center;">PRÓ-REITORIA DE ENSINO</p> <p style="text-align: center;"><i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i></p>
<p style="text-align: center;">PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR</p> <p style="text-align: center;">CURSO PÓS-GRADUAÇÃO</p>	<p style="text-align: center;">CARIMBO / ASSINATURA</p>

<p style="text-align: center;">CURSO</p> <p style="text-align: center;">ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL</p>	<p style="text-align: center;">EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA</p>
<p>() BACHARELADO () LICENCIATURA</p> <p>() TECNOLOGIA</p> <p>(x) ESPECIALIZAÇÃO</p>	<p style="text-align: center;">Ano de Implantação da Matriz</p> <p style="text-align: center;">2019.1</p>
<p style="text-align: center;">A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.</p>	

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)	
Disciplina	Prática Profissional
TCC	Estágio

--	--	--	--

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)			
OBRIGATÓRIO		ELETIVO	OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H.	C. H.	MÓDULO
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	PERSPECTIVA INTEGRAL DE MEIO AMBIENTE E CULTURA	40	14	03	54	40,5	I
Pré-requisitos	Sem pré-requisito		Correquisitos	Sem Correquisito			

EMENTA

Concepção sobre os conceitos de cultura, natureza, etnocentrismo, bem viver, ecologia dos saberes. Compreensão do conceito de cultura e identidade. Reflexões sobre igualdade, diferença e pensamento multicultural e intercultural. Reflexões a respeito da coerência entre o sentir, o pensar e agir. A multidimensionalidade e integralidade humanas.

OBJETIVOS A SEREM DESENVOLVIDOS

- Identificar a relação entre ser humano, natureza, cultura e influências do etnocentrismo;
- Compreender a relação entre cultura e identidade;
- Distinguir o pensamento multicultural e intercultural e definir o multiculturalismo e o interculturalismo e como a cultura opera;
- Compreender a importância da coerência entre o sentir, o pensar e o agir, considerando-se uma perspectiva multidimensional e integral do ser humano na sua interação com o meio ambiente.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CH
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A relação do ser humano, natureza e cultura; ➤ A construção do conceito de cultura e implicações; ➤ O Etnocentrismo e suas implicações; ➤ A relação entre o ser humano, cultura e identidade; ➤ Multiculturalismo e interculturalismo; ➤ As múltiplas dimensões do ser; ➤ Uma proposta de visão integral do ser humano (Ética do Cuidado, Bem Viver; Ecologia dos Saberes). 	54
TOTAL	54

METODOLOGIA

- Exposição dialogada;
- Debates abertos sobre os temas apresentados;
- Seminários;
- Técnicas de Dinâmica de Grupo;
- Atividades em grupos;
- Trabalhos de Campo.

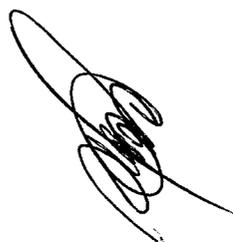
AVALIAÇÃO

- Observação do nível de participação, frequência e comprometimento com as atividades propostas;
- Análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;
- Nível de comprometimento e dedicação às atividades propostas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACOSTA, Alberto. **Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autônoma, 2011.

LARRAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.



GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo**. Por uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AYALA, Marcos; AYLA, Maria Ignez. **Cultura Popular no Brasil: perspectiva em análise**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **A Cultura No Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2011.

_____. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2008.

BRANDÃO, Carlos. **O que é Educação**. Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense. 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura das ciências sociais**. 2ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

GIACOMINI, Gino Filho. **Meio Ambiente & Consumismo**, v. 8, São Paulo: Editora SENAC, 2008.

GOLDEMBERG, José. **Metrópoles e o desafio urbano frente ao meio ambiente - Col. Sustentabilidade** - v. 6, São Paulo: Edgard Blucher, 2012.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: Ciência do homem**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MORAN, Emílio F. **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, Editora SENAC São Paulo, 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: Neurose**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1997.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Rafael José dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. "Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo". In: SANTOS, B. S. (Org.) **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2004, p. 19-101.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. "Introdução". In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2008, p. 9-19.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

WIEVIORKA, Michel. "Será que o multiculturalismo é a resposta." **Educação, Sociedade e Cultura**, 12 1999, 7-46.

ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO



ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO



		<p style="text-align: center;">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i></p>	
<p style="text-align: center;">PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR CURSO PÓS-GRADUAÇÃO</p>		<p style="text-align: center;">CARIMBO / ASSINATURA</p>	
<p>CURSO Especialização em Educação Ambiental e Cultural</p>		<p style="text-align: center;">EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA</p>	
<p>() BACHARELADO () LICENCIATURA () TECNOLOGIA (x) ESPECIALIZAÇÃO</p>		<p>Ano de Implantação da Matriz 2019.1</p>	
<p>A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.</p>			

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/>	Disciplina	<input type="checkbox"/>	Prática Profissional
<input type="checkbox"/>	TCC	<input type="checkbox"/>	Estágio
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/>	OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/>	ELETIVO
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H.	C. H.	Período
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	ARTE, CULTURA E COMUNICAÇÃO POPULAR	36		02	36	27	1º

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

<ul style="list-style-type: none"> • Arte, Cultura e Sociedade; cultura popular, cultura de massa e massificação cultural; • Importância dos Círculos artísticos; Tipos de manifestações artísticas-culturais. • Comunicação como Direito Humano; Comunicação, participação social e mobilização social; Comunicação e movimentos sociais; Educação para e pela comunicação; Comunicação de massas X comunicação comunitária; Métodos e Técnicas de comunicação comunitária: Jornal Fanzine , revista , rádio , TV e internet.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

<ul style="list-style-type: none"> - Discutir a relação entre arte/cultura e sociedade - Discutir a relação entre comunicação, cidadania e participação social - Análise crítica da mídia - Identificar grupos, movimentos e experiências que promovam a comunicação popular, em especial no contexto do Nordeste brasileiro
--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH



<ul style="list-style-type: none"> • Arte, Cultura e Sociedade; cultura popular, cultura de massa e massificação cultural; • Importância dos Círculos artísticos; Tipos de manifestações artístico-culturais. 	18
Comunicação como Direito Humano; Comunicação, participação social e mobilização social; Comunicação e movimentos sociais; Educação para e pela comunicação; Comunicação de massas X comunicação comunitária; Métodos e Técnicas de comunicação comunitária: Jornal Fanzine , revista , rádio , TV e internet	18
TOTAL	36

METODOLOGIA

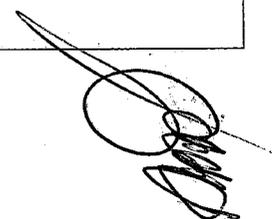
- Debates para construção do conhecimento pretendido;
- Visita em comunidades para observação e análise
- Construção de uma peça de comunicação comunitária.

AVALIAÇÃO

- Construção de uma peça de comunicação comunitária: Jornal Fanzine, revista , rádio , TV e internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARVALHO, Francione O. **Arte: Percursos, Linguagens e Cultura**. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.
- BOSI, Eclea. **Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias**. 13ªed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GREENBERG, Clement. **Arte e Cultura: Ensaio Críticos**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Vozes da democracia: história da comunicação na democratização do Brasil**. São Paulo: Intervozes/Imprensa Oficial, 2006.
- PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.



AS-PTA. **Revista Agriculturas**: Comunicar para transformar, V. 13. N1, Jun/2016. Disponível em:
http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Agriculturas_V13N1_Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARBEX JR, José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 3.

BAHIA, Lilian M. **Rádios comunitárias**: mobilização social na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DOWNING, John. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002. p. 31-93.

PERUZZO, Cicilia M.K. "Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania". **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, ano II, n.3, jul/dic. 2005. São Paulo: ALAIC. p.18-41.

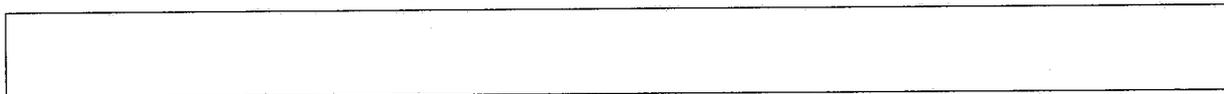
_____. **Televisão comunitária**: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p.69-94.

_____. "Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor". **Revista Palavra Clave**, Colombia, Universidad de La Sabana, v.11, n. 2, 2008. Disponível em:

<http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>

MARTINEZ HERMINDA, Marcelo. "Comunidad y comunicación: voces y prácticas de diversidad". In: _____; MAYOGO y MAJÓ, Carme; Rodríguez, Ana T. (Orgs.). **Comunidad y comunicación**: practicas comunicativas y medios comunitarios en Europa y América Latina. Madrid: Fragua, s./d. p.21-36.



ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long tail stroke extending downwards and to the right.

ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO





	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
--	---

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO

CARIMBO / ASSINATURA

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA
<input type="checkbox"/> BACHARELADO <input type="checkbox"/> LICENCIATURA <input type="checkbox"/> TECNOLOGIA <input checked="" type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO	Ano de Implantação da Matriz 2019.1
A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.	

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/> Disciplina	<input type="checkbox"/> Prática Profissional		
<input type="checkbox"/> TCC	<input type="checkbox"/> Estágio		
STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/> ELETIVO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C.	H.	C.	H.	Período
		Teórica	Prática		TOTAL	TOTAL	(H/A)	(H/R)	

	ESPAÇO GEOGRÁFICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	30	06	2	36	27	1º
Pré-requisitos	Sem pré-requisito		Correquisitos		Sem Correquisito		

EMENTA

O espaço geográfico em suas relações entre o global e o local face às dimensões ambiental e cultural na contemporaneidade. Espaço público e cidadania no contexto pós-colonial. Políticas públicas como instrumento de inclusão social e de reafirmação das identidades locais. Análise de políticas públicas nas áreas de meio ambiente e cultura.

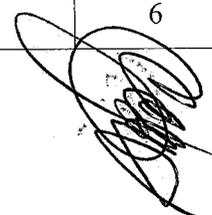
COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Discutir as relações do espaço geográfico com as dimensões ambiental e cultural, tomando por base as escalas global e local na contemporaneidade.
- Conceituar espaço público, considerando sua dimensão material e imaterial, bem como sua importância para a ação dos distintos sujeitos sociais.
- Discutir a relação entre espaço público e recuo da cidadania no período atual.
- Analisar políticas públicas nas áreas de meio ambiente e cultura como instrumentos de inclusão social e de reafirmação das identidades locais.
- Compreender a cultura e o meio ambiente como vetores das transformações do espaço geográfico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

Espaço geográfico e a relação global-local do meio ambiente e da cultura na contemporaneidade	6
O espaço geográfico como totalidade e o lugar como singularidade	6
Conceito de espaço público	6
A relação entre espaço público e cidadania no período atual	6
As políticas públicas como instrumento de inclusão social e de reafirmação das identidades locais	6
Análise de políticas públicas nas áreas de meio ambiente e cultura.	6



TOTAL	36
--------------	----

METODOLOGIA

- Leitura e interpretação dos textos-base, os quais deverão ser lidos antes da discussão em sala de aula;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Seminários temáticos;
- Aula de campo;
- Produção textual: resumos e resenha crítica de textos trabalhados nas aulas, além de relatório de aula de campo.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo levará em conta os seguintes pontos:

- a avaliação será realizada de maneira contínua e processual;
- participação nas aulas, nos debates e presença;
- relatório da aula de campo;
- apresentações em seminários, pesquisa bibliográfica e avaliação escrita poderão ser outros componentes da média.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Paulo Cesar da Costa. "Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço". In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 19-42.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Paulo Cesar da Costa. "O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a

democracia em suspensão”. In: **Cidades**, v. 2, n. 4, 2005, p. 249-265.

_____. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

JUVIN, Hervé; LIPOVETSKY, Gilles. **A globalização ocidental**: controvérsia sobre a cultura planetária. Rio de Janeiro: Manole, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e a política na pós-modernidade. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. “O lugar e o cotidiano”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 584-682.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2004.

ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO





	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
---	---

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL	CARIMBO / ASSINATURA
---	-----------------------------

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA Ciências Humanas / Educação
<input checked="" type="checkbox"/> PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO <input type="checkbox"/> PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSO	Ano de Implantação da Matriz 2019.1
A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.	

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)	
Disciplina	Prática Profissional
TCC	Estágio

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)							
	OBRIGATÓRIO			ELETIVO			OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária (H/A)			Nº. de Crédit os	C.	H.	C.	H.	Módulo
		Teórica	Prática	PCC		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)			
	CULTURA, ANCESTRALIDA DE E ÁREAS PROTEGIDAS.	24	08	----	2		36		27	II

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

- Cultura e Memória como elementos constitutivos da Ancestralidade; Ancestralidade e Identidade na Contemporaneidade; Tipologias das Áreas Protegidas; Conflitos Socioambientais no espaço protegido; Políticas Públicas; Processos Educativos constitutivos da ancestralidade e da relação com a Terra.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Compreender que a Cultura e a Memória são elementos determinantes na construção de nossa ancestralidade;
2. Identificar elementos constitutivos da Ancestralidade em nossa contemporaneidade e saber relacioná-las com nossa identidade coletiva e pessoal;
3. Entender as diversas tipologias das áreas protegidas e as Políticas Públicas que buscam garantir a proteção de unidades de conservação;



4. Compreender a dinâmica socioambiental constitutiva de áreas protegidas e saber relacioná-las à memória coletiva do lugar;
5. Compreender os processos educativos formativos da ancestralidade e de sua relação com a Terra.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

1. Cultura e Memória como elementos Constitutivos da Ancestralidade.	06
2. Ancestralidade e Identidade na Contemporaneidade.	06
3. Tipologia das áreas protegidas e seus diferentes usos.	06
4. Conflitos Socioambientais no espaço protegido.	06
5. Políticas Públicas em áreas protegidas.	06
6. Processos Educativos constitutivos da Ancestralidade e da relação com a Terra.	06
TOTAL	36

METODOLOGIA

- Exposição dialogada;
- Debates abertos sobre os temas apresentados;
- Seminários;
- Técnicas de Dinâmica de Grupo
- Atividades em grupos;
- Trabalho de Campo

AVALIAÇÃO

- Observação do nível de participação, frequência e comprometimento com as atividades propostas;
- Análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;
- Nível de comprometimento e dedicação às atividades propostas.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro branco e pincel;
- Equipamentos de Multimídia (data show, computador, som);
- Transporte para aulas externas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBAN, Vilma; GREEB, Daniela; LABIGALINI, Vanessa (ORG.). **Ancestralidade africana no Brasil**: memória dos pontos de leitura. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2014;

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1987;

COSTA, Valéria Gomes. **É do dendê!**: história e memórias urbanas da Nação Xambá no Recife (1950-1992). São Paulo, SP, Brasil: Annablume, 2009.

GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (ORG.). **Unidades de conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

KEIM, Ernesto Jacob; SANTOS, Raul Fernando dos. **Educação e sociedade pós-colonial**: linguagem, ancestralidade e o bem viver. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Fapesp, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino (Org.). **Introdução à Etnobiologia**. Recife, NUPEEA, 2014.

_____. **Etnobiologia**: bases ecológicas e evolutivas. Recife, NUPEEA, 2013.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

LIMA, Gerson D. e GIANASI, Lussandra M. Etnoterritorialidade Quilombola de Macuco no município de Minas Novas e chapada do Norte/Vale do Jequitinhonha. Minas Gerais, Brasil: mapeamentos e análises. Goiânia: **Ateliê Geográfico** v. 5, n. 13 mar/2011 p.37-63. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/13824. Acesso em 28 jan. 2013.

MINDLIN, Betty. **Vozes e computadores**: gerações de narradores, exemplos indígenas na Amazônia. **INDIANA** 27, 2010, p. 109-123.

MORÁLEZ, Patrícia Pérez. **Espaço-tempo e ancestralidade na educação ameríndia: desdobramentos de Paulo Freire na província de Chimborazo, Equador.** São Paulo: Tese de doutorado, FEUSP, 2008.

SOUZA, Eliane Maria Nogueira; ANDRADE, Maria José Gomes; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa; SANTOS, Carlos Alberto Batista (Orgs.). **Conservação dos recursos naturais.** Paulo Afonso, SABEH, 2016.

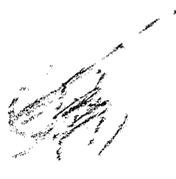
DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE
O COMPONENTE

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE
CURSO



ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO





		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>	
PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR CURSO PÓS-GRADUAÇÃO		CARIMBO / ASSINATURA	
CURSO Especialização em Educação Ambiental e Cultural		EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA	
<input type="checkbox"/> BACHARELADO <input type="checkbox"/> LICENCIATURA <input type="checkbox"/> TECNOLOGIA <input checked="" type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO		Ano de Implantação da Matriz	
A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.			

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/>	Disciplina	<input type="checkbox"/>	Prática Profissional
<input type="checkbox"/>	TCC	<input type="checkbox"/>	Estágio
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/>	ELETIVO
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C.	H.	C.	H.	Módulo
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)			
	PESQUISA PROJETO EM MEIO AMBIENTE CULTURA	E E	45	9	3	54	40,5	I	

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

Estudo sobre a ciência e o método; pluralidade epistemológica no campo da pesquisa científica; cultura e meio ambiente; abordagens, procedimentos e técnicas de pesquisa qualitativa.

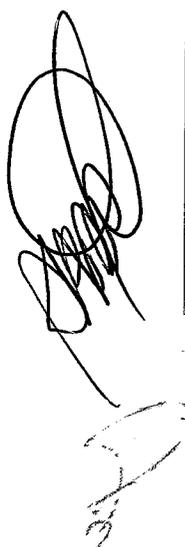
COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Discutir os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes no processo de produção do conhecimento científico.
- Conhecer os elementos teórico-metodológicos relativos ao processo de elaboração e desenvolvimento da pesquisa científica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

1- Ciência e Método	54
2- Correntes teórico-metodológicas contemporâneas	
3- Pluralidade epistemológica	
4- Cultura e meio ambiente no contexto da pesquisa científica	
5- Fundamentos teórico-metodológicos para elaboração do projeto de pesquisa	
TOTAL	54



METODOLOGIA

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussão de textos;
- Seminários;
- Trabalhos em grupos.

AVALIAÇÃO

INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Nota 1 – Trabalhos individuais e em grupos

Nota 2 – Elaboração de um pré-projeto para desenvolvimento do TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: EdUNESP, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

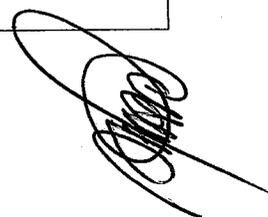
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

HALL, Stuart. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.



Silva, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.



ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO



 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
--

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR CURSO PÓS-GRADUAÇÃO	CARIMBO / ASSINATURA
--	-----------------------------

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H.	C. H.	MÓDULO
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	PROJETO COLETIVO I	09	09	01	18		I

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

Diagnóstico, planejamento e execução de projeto ambiental e cultural em comunidades contra-hegemônicas, periféricas.

OBJETIVOS A SEREM DESENVOLVIDOS

- Realizar diagnóstico ambiental e cultural;
- Planejar projeto interdisciplinar ambiental e cultural;
- Integrar e interagir as áreas de conhecimento do módulo;
- Realizar avaliação interdisciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico ambiental e cultural; • Planejamento do projeto interdisciplinar ambiental e cultural a partir de situações-problema identificadas em visitas de campo; • Integração e interação das áreas de conhecimento: Perspectiva Integral de Meio Ambiente e Cultura; Arte, Cultura e Comunicação Popular; Espaço Geográfico e 	5
	5

Políticas Públicas; Cultura, Ancestralidade e Áreas Protegidas; Pesquisa, Projeto em Meio Ambiente e Cultura;	5
• Avaliação interdisciplinar	3
TOTAL	18

METODOLOGIA

- Debates abertos sobre os temas apresentados;
- Grupo Focal;
- Trabalhos de Campo.

AVALIAÇÃO

- Observação do nível de participação, frequência e comprometimento com as atividades propostas;
- Análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ACOSTA, Alberto. **Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2011.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "O lugar e o cotidiano". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 584-682.

Módulo II



	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
---	---

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL	CARIMBO / ASSINATURA
---	-----------------------------

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA
	Ciências Humanas / Educação
<input checked="" type="checkbox"/> PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO <input type="checkbox"/> PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSO	Ano de Implantação da Matriz 2019.1
A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.	

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)	
Disciplina	Prática Profissional
TCC	Estágio

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)							
	OBRIGATÓRIO			ELETIVO			OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária (H/A)			Nº. de Créditos	C.	H.	C.	H.	Módulo
		Teórica	Prática	PCC		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)			
	EDUCAÇÃO POPULAR	45	09	----	3	54		40,5		I

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

Espaços formais e não formais de educação e os movimentos sociais. Da Educação nos Movimentos Sociais à Educação dos Movimentos Sociais. Educação do Campo. A relação Centro e Periferia nos Processos Educacionais. O olhar pós-colonial da Educação.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Entender a Educação Popular e suas relações com os movimentos sociais no Brasil e no mundo;
- Compreender a Educação formal e não formal dos Movimentos Populares;
- Compreender as singularidades da Educação do Campo, sabendo diferenciá-la da Educação “no Campo”;
- Entender os espaços periféricos e sua relação com Educação;
- Compreender a relação da ciência moderna ocidental com os saberes dos quilombolas, agricultores, comunidades ribeirinhas, entre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CH
-----------------------	----

<p>7. Espaços formais e não formais de Educação e os movimentos sociais;</p> <p>7.1 Educação: aspectos conceituais e vivências práticas em nossa sociedade;</p> <p>7.2 A Educação Formal: formação; estrutura e certificação;</p> <p>7.3 A Educação Não Formal que emerge dos Movimentos Sociais;</p> <p>7.4 A Educação de Jovens e Adultos a partir da contribuição de Paulo Freire.</p>	10
<p>8. Da Educação nos Movimentos Sociais à Educação dos Movimentos Sociais.</p> <p>8.1 A formação Política e Social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Educação;</p> <p>8.2 PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.</p>	12
<p>9. Educação do Campo</p> <p>9.1 A escola do campo e suas singularidades</p> <p>9.2 Conferências e diretrizes da Educação do Campo</p>	12
<p>10. A relação Centro e Periferia nos Processos Educacionais.</p> <p>10.1 A Educação como mecanismo de Colonização e de Reprodução das desigualdades sociais;</p> <p>10.2 A Educação que fervilha nas práticas sociais dos espaços periféricos.</p>	08
<p>11. O olhar pós-colonial da Educação</p> <p>11.1 Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências;</p> <p>11.2 Ecologia dos Saberes e Justiça Cognitiva.</p>	12
TOTAL	54 h/a
METODOLOGIA	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Exposição dialogada; ➤ Debates abertos sobre os temas apresentados; ➤ Seminários; ➤ Técnicas de Dinâmica de Grupo ➤ Atividades em grupos; ➤ Trabalhos de Campo; 	



AVALIAÇÃO

- Observação do nível de participação, frequência e comprometimento com as atividades propostas;
- Análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;
- Nível de comprometimento e dedicação às atividades propostas.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro branco e pincel;
- Equipamentos de Multimídia (data show, computador, som);
- Transporte para aulas externas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRAYNER, Flávio. (Org.) **Educação popular: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CALDART, Rosely. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

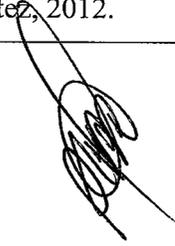
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANÁRIO, Rui (Org.). **Educação popular e movimentos sociais**. Lisboa: ECUCA, 2007.

JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.



SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VALENÇA, M. M. **Ecologia de saberes e justiça cognitiva**. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução? 310 p. Tese. (Tese de Doutorado do Programa de Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE
O COMPONENTE

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE
CURSO

ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO



ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO



	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
---	---

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR CURSO PÓS-GRADUAÇÃO	CARIMBO / ASSINATURA
--	-----------------------------

CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL	EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA Meio Ambiente
--	--

<input type="checkbox"/> BACHARELADO <input type="checkbox"/> LICENCIATURA (TECNOLOGIA) <input checked="" type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO	Ano de Implantação da Matriz 2019.1
--	---

A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)	
Disciplina	Prática Profissional
TCC	Estágio

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)			
OBRIGATÓRIO		ELETIVO	OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H.	C. H.	MÓDULO
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	EDUCAÇÃO PLANETÁRIA E AGROECOLOGIA	32	04	02	36		II

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisito	Sem Correquisito
----------------	-------------------	--------------	------------------

EMENTA

Cidadania planetária, cidadania ambiental e agroecologia. Cidadania planetária e movimentos sociais. Ecopedagogia, conhecimentos tradicionais e modos de vida. Agroecologia, Bem Viver e meio ambiente: foco para as especificidades da região Nordeste. Agroecologia e justiça de gênero.

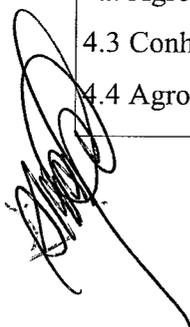
OBJETIVOS A SEREM DESENVOLVIDOS

- Analisar os diferentes conceitos e concepções de cidadania planetária, compreendendo suas principais características e sua interface com as questões socioambientais, bem como sua relação com os novos movimentos sociais;
- Compreender a concepção de educação planetária como indutora de uma prática pedagógica reflexiva que tem o social como base de ação, caracterizada pela opção consciente e pelo desejo de mudança e de renovação;
- Discutir práticas pedagógicas que possibilitem a leitura crítica da realidade local e mundial, sobretudo aquelas voltadas para a promoção da vida a partir do binômio cotidianidade/planetariedade, que possibilitam enfrentar as situações geradas pelo contexto histórico, social cultural e político contemporâneo;

- Compreender que a cidadania planetária e ambiental, bem como o desenvolvimento de uma cultura da sustentabilidade, supõem um fazer pedagógico a partir da vida cotidiana, cujos fundamentos são propostos pela Ecopedagogia;
- Discutir a relação entre o universo rural e o urbano sob a ótica da agroecologia;
- Debater conceitos como Bem Viver, justiça de gênero e políticas públicas sob a ótica da agroecologia;
- Realizar atividades que permitam potencializar as experiências de campo, permitindo que as/os discentes possam compreender as estratégias das comunidades, o aspecto cultural envolvido e o impacto das ações agroecológicas sobre a vida das pessoas e sobre o meio ambiente;
- Entender a interdependência existente entre o espaço urbano e o espaço rural.

CH

1 CIDADANIA PLANETÁRIA	05
1.1 Conceitos e concepções: cidadania global, ambiental ou planetária;	
1.2 Ecocidadania: a cidadania planetária na perspectiva ecológica;	
1.3 Cidadania planetária e os novos movimentos sociais: da pessoa planetária aos sujeitos coletivos.	
2 A EDUCAÇÃO NA ERA PLANETÁRIA	05
2.1 Conceito;	
2.2 A finalidade da educação planetária no contexto contemporâneo;	
2.3 Eixos estratégicos.	
3 ECOPEDAGOGIA	04
3.1 Cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade: da necessidade do fazer pedagógico a partir da vida cotidiana;	
3.2 Chaves pedagógicas.	
4 AGROECOLOGIA	18
4.1 Conceito;	
4.2 Agroecologia-bem viver-meio ambiente;	
4.3 Conhecimentos tradicionais e modos de vida;	
4.4 Agroecologia e as relações de gênero.	



5 ATIVIDADE PRÁTICA Entrevista: análise das concepções de cidadania de docentes/ estudantes e se estas evidenciam: a) aspectos relacionados à cidadania planetária; b) o papel da educação e da escola na formação desse cidadão.	04
TOTAL	36

METODOLOGIA

- Aulas expositivas dialogadas;
- Debate a partir da leitura de textos, tendo em vista a discussão e ampliação da percepção sobre os temas abordados;
- Debates para construção do conhecimento pretendido;
- Dinâmicas de grupo;
- Seminários;
- Debate de materiais produzidos pelas comunidades (livros, documentário e materiais fotográficos);
- Produção textual: resumos e resenha crítica de textos trabalhados nas aulas, além de relatório de trabalhos de campo.

Atividade prática:

Entrevista: análise das concepções de cidadania de docentes/ estudantes e se estas evidenciam: a) aspectos relacionados à cidadania planetária; b) o papel da educação e da escola na formação desse cidadão.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e processual e contemplará as seguintes possibilidades avaliativas:

- participação e posicionamento durante os debates;
- nível de comprometimento e dedicação às atividades propostas;
- análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;
- produção de vídeo e relatórios de atividades pedagógicas de natureza prática;
- construção de um trabalho coletivo problematizando situações reais encontradas na comunidade.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- COSTA, Manoel Baltasar. **Agroecologia no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Peirópolis, 2000.
- GUTIERREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-98.
- MORIN, Edgar; CIURANA, Emílio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

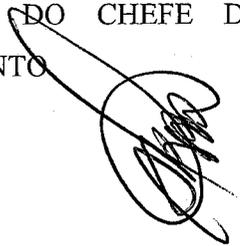
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: para um desenvolvimento rural, necessário e possível**. Recife, 2015.
- MORAES, Lorena Lima et al. **Uma construção agroecológica e coletiva de saberes no semiárido brasileiro**. Serra Talhada: Actionaid, 2017.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Brasília – DF: UNESCO, 2002.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel (Orgs.). **Edgar Morin, Ética, Cultura e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 169-175.



PRIMAVESI, Ana. **Convenção dos Ventos**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO



ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO



	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
---	---

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO

CARIMBO / ASSINATURA

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA
<input type="checkbox"/> BACHARELADO <input type="checkbox"/> LICENCIATURA <input type="checkbox"/> TECNOLOGIA <input checked="" type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO	Ano de Implantação da Matriz
A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.	

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)	
Disciplina	Prática Profissional
TCC	Estágio

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)			
OBRIGATÓRIO		ELETIVO	OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C.	H.	Período
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	TURISMO E SUSTENTABILIDA DE	30	06	2	36	27	II

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

Conceitos básicos de Turismo; Turismo e sustentabilidade; Turismo, Cultura e Meio ambiente (práticas e impactos positivos e negativos); Patrimônios natural e cultural (material e imaterial); Tipologia do turismo (Turismo de Base Comunitária, Turismo Rural, Ecoturismo e outros, considerando práticas mais sustentáveis); Interpretação patrimonial.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Compreender e estudar a estrutura do turismo na sociedade contemporânea na perspectiva do turismo sustentável e de base comunitária;
- Proporcionar capacidade analítica e de avaliação crítica, quanto aos temas relacionados à atividade turística;
- Identificar e analisar recursos turísticos na perspectiva do turismo sustentável e de base comunitária;
- Analisar potencialidades de desenvolvimento da atividade turística na perspectiva do desenvolvimento local.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

- Turismo: aspectos históricos, conceituação, caracterização; e impactos positivos e negativos de sua prática;	4h
- Turismo e sustentabilidade: o turismo como vetor de práticas mais sustentáveis e práticas mais sustentáveis no turismo;	8h
- Patrimônio natural e cultural (material e imaterial): reconhecimento, salvaguarda e usos;	8h
- Tipologia do turismo - Tipos de turismo que buscam ampliar a sustentabilidade em suas práticas e usos dos patrimônios naturais e culturais;	8h
- Identificação e análise dos recursos ambientais e culturais para fins de aproveitamento turístico e interpretação patrimonial.	8h
TOTAL	36

METODOLOGIA

Aulas expositivas, diálogos entre docentes e discentes para percepção dos temas abordados com relação ao observado, estudos de caso, seminários e visitas técnicas.

AVALIAÇÃO

- Observação do nível de participação, frequência e comprometimento com as atividades propostas;
 - Análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;
- Nível de comprometimento e dedicação às atividades propostas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. 3ª.ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: **Art. 216. Do Patrimônio Cultural Brasileiro**, bens inclusos, atrib. da Lei e do Poder Público.



BRASIL. Decreto Lei 25 de 30/11/1937: **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**

BRASIL. Decreto 5753/2006 de 12/04/2006 Lei Brasil - **Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Publicado no DOU de 13.4.2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (Org.) **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local.** Fortaleza, FUNECE, 2003.

MITRAU, Sylvia (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília, WWF Brasil, 2003.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Turismo).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica.** Campinas, SP: Papirus, 2001 (Coleção Turismo).

CALABRE, Lia. Conselhos de Cultura: algumas questões. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura.** Salvador: EDUFBA, 2010.

CALABRE, Lia. Balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

FONTES, Marcos A. Leite; VITORINO, Maria Rachel; ALVES, Shirley Cavalcante. **Ecoturismo e Interpretações.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. (Orgs.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: Editora UFMG/Território Brasilis, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Plano Nacional de Cultura em Debate.** Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 2, n. 1, p.59-72, 2008. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3333/2449>>. Acesso em 08 mar. 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: passado e presente**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.29-48, (Coleção Livros e Capítulos IHAC; Série Saladeaula; 8) Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12003/1/politicas_culturais.pdf>. Acesso em 08 mar. 2014.

ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO



ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO



		<p style="text-align: center;">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO</p> <p style="text-align: center;">PRÓ-REITORIA DE ENSINO</p> <p style="text-align: center;"><i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i></p>	
<p style="text-align: center;">PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR</p> <p style="text-align: center;">CURSO PÓS-GRADUAÇÃO</p>		<p style="text-align: center;">CARIMBO / ASSINATURA</p>	
<p>CURSO Especialização em Educação Ambiental e Cultural</p>		<p style="text-align: center;">EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA</p>	
<p>() BACHARELADO () LICENCIATURA</p> <p>() TECNOLOGIA</p> <p>(x) ESPECIALIZAÇÃO</p>		<p>Ano de Implantação da Matriz</p>	
<p>A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.</p>			

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/>	Disciplina	<input type="checkbox"/>	Prática Profissional
<input type="checkbox"/>	TCC	<input type="checkbox"/>	Estágio
STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/>	OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/>	ELETIVO
<input type="checkbox"/>	OPTATIVO		

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H.	C. H.	Módulo
		Teórica	Prática		TOTA L (H/A)	TOTA L (H/R)	
	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E MEIO AMBIENTE	30	6	2	36	27	II

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

Povos e comunidades tradicionais no Brasil; Espaços/Tempos dos povos e comunidades tradicionais: economia, cultura, identidade, saberes, fazeres e formas de organização; Política nacional de povos e comunidades tradicionais: reconhecimento, valorização e fortalecimento; O papel das comunidades tradicionais na conservação e preservação do meio ambiente: saberes locais e desenvolvimento de tecnologias; Conflitos socioambientais e comunidades tradicionais.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Identificar os povos e comunidades tradicionais no Brasil e analisar os direitos de natureza territorial, socioambiental, econômica e cultural desses povos e comunidades;
- Compreender os espaços/tempos dos povos e comunidades tradicionais destacando sua diversidade cultural, econômica, territorial e formas de organização;
- Reconhecer e valorizar os saberes e fazeres dos povos e comunidades tradicionais para conservação e preservação do meio ambiente;
- Entender os impactos dos conflitos socioambientais para os povos e comunidades tradicionais e para o meio ambiente (ênfase na região Nordeste do Brasil).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

1 Povos e comunidades tradicionais no Brasil: definições e notas introdutórias	18
2 Espaços/Tempos dos povos e comunidades tradicionais	

2.1 Território e identidade 2.2 Dinâmica da tradição e diversidade cultural, econômica e social 2.3 Tradição oral e transmissão dos saberes 3 A política nacional de povos e comunidades tradicionais 3.1 Reconhecimento, valorização e fortalecimento a partir da visibilidade política 3.2 Direitos reconhecidos e lutas pelas suas garantias	
4 Povos e comunidades tradicionais e meio ambiente 4.1 A relação sociedade/natureza 4.2 Conservação e preservação do meio ambiente: saberes, fazeres e tradição 4.3 Educação, meio ambiente e decolonialidade 5 Conflitos socioambientais e os povos e comunidades tradicionais 5.1 Unidades de Conservação: desafios e possibilidades 5.3 Principais conflitos socioambientais na região Nordeste do Brasil	18
TOTAL	36

METODOLOGIA

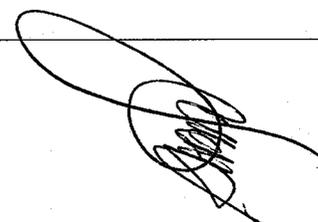
Aulas expositivas e dialogadas, a partir da leitura prévia de textos para promover a reflexão e discussão em sala de aula; debates a partir de materiais produzidos pelas comunidades tradicionais (livros, vídeos/documentários e materiais fotográficos); desenvolvimento de trabalhos em grupos que incentivem a integração coletiva e a socialização de ideias; e trabalho de campo.

AVALIAÇÃO

- Participação e posicionamento durante os debates promovidos na sala de aula;
- Construção e apresentação de um trabalho coletivo problematizando desafios reais enfrentados por povos e comunidades tradicionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade** - Ano 2, n. 5, 2º Semestre de 1999.



LITTLE, Paul E. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". **Anuário Antropológico 2002/2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. **Saberes globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SHIRAIISHI NETO, J. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. "Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes". **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Alfredo W. B.; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel. A. (Orgs.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA, 2013.

MONTENEGRO, Jorge. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 163-174, 2012

MORAES, Lorena Lima et al. **Uma construção agroecológica e coletiva de saberes no semiárido brasileiro**. Serra Talhada: Actionaid, 2017.

PEREIRA, Guilherme; CUELLAR, Miguel. "Conflitos pela água em tempos de seca no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará". **Estudos Avançados USP**, v. 29, n. 84, São Paulo, 2015.

VIANNA, Lucila P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume, 2008.



ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes, positioned below the signature line for the department head.

ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO



		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>	
PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR CURSO PÓS-GRADUAÇÃO		CARIMBO / ASSINATURA	
CURSO		EIXO TECNOLÓGICO / ÁREA	
<input type="checkbox"/> BACHARELADO <input type="checkbox"/> LICENCIATURA <input type="checkbox"/> TECNOLOGIA <input checked="" type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO		Ano de Implantação da Matriz	
A cópia deste programa só é válida se autenticada com o carimbo e assinada pelo responsável.			

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)			
<input type="checkbox"/>	Disciplina	<input type="checkbox"/>	Prática Profissional
<input type="checkbox"/>	TCC	<input type="checkbox"/>	Estágio
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)					
<input type="checkbox"/>	OBRIGATÓR IO	<input type="checkbox"/>	ELETIVO	<input type="checkbox"/>	OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H.	C. H.	Período
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	Recursos Naturais	24	06	3	30	30	II

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

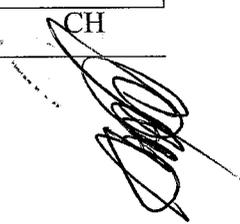
1. Conhecer a disponibilidade e uso dos recursos naturais, os padrões qualitativos e quantitativos, legais e indicadores de poluição em relação à água, solo e emissões atmosféricas, sua importância, contexto histórico e consequências para a sustentabilidade ambiental;
2. Apropriar-se do conhecimento a respeito das fontes alternativas e renováveis de energia, seu contexto histórico e sua utilização sustentável;
3. Inteirar-se sobre a importância da fauna e flora para os sistemas naturais e construídos e sua relação histórica com o homem.
4. Conhecer os Sistemas de Gestão de Recursos Naturais participativos.
5. Conhecer estudos de casos de planos e programas de gestão dos recursos naturais.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS**Competências**

1. Reconhecer a importância da conservação dos elementos bióticos e abióticos do meio para o crescimento das comunidades em equilíbrio ambiental.
2. Conhecer a disponibilidade e uso dos recursos naturais, os padrões qualitativos e quantitativos, legais e indicadores de poluição em relação à água, solo e emissões atmosféricas, sua importância e consequências para a sustentabilidade ambiental;
3. Conhecer as principais fontes alternativas e renováveis de energia e sua utilização sustentável frente ao desenvolvimento urbano e rural;
4. Inteirar-se sobre a relação homem-natureza, a importância da fauna e flora para os sistemas naturais e construídos e sua relação histórica com o homem;
5. Conhecer os Sistemas de Gestão de Recursos Naturais participativos;
5. Conhecer estudos de casos de Planos e Programas de Gestão dos Recursos Naturais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

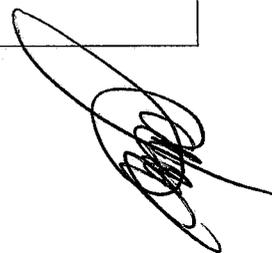


<p>1. Fauna e Flora</p> <p>O processo de interação homem-natureza; O ecossistema natural e humano</p> <p>Principais grupos biológicos da fauna, sua relação histórica com o ser humano e importância nos processo-chave de funcionamento dos sistemas naturais e construídos;</p> <p>Principais grupos de plantas terrestres, sua relação histórica com a espécie humana e os impactos decorrentes da retirada da cobertura vegetal para os ecossistemas.</p>	06
<p>2. Água</p> <p>Ciclo hidrológico; distribuição da água no Planeta;</p> <p>Características hidrometeorológicas;</p> <p>Ocorrência de água no Brasil; água no semiárido nordestino; desertificação;</p> <p>Bacias hidrográficas: conceitos, componentes e estudos de casos;</p> <p>Sistema de Gestão integrada e participativa dos recursos hídricos, desafios para os usos múltiplos da água e conflitos associados. Entidades participativas: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PE) e atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (COBHs).</p> <p>Gerenciamento dos Recursos Hídricos: sistemas de captação e armazenamento dos recursos hídricos em áreas urbana e rurais.</p>	06
<p>3. Solo</p> <p>Fatores de formação e propriedades físico-químicas; Classificação brasileira;</p> <p>Fatores (naturais e antropogênicos) e processos (físicos e químicos) de degradação do solo;</p> <p>Fontes e consequências da poluição do solo;</p>	06

<p>Controle da poluição do solo e legislação aplicada (Resolução CONAMA 420/2009);</p> <p>Uso e ocupação do solo em áreas urbanas e rurais. Relação água, solo, floresta e homem, desafios para a sustentabilidade.</p>	
<p>4. Ar e Energia</p> <p>Estrutura e componentes da atmosfera natural;</p> <p>Aspectos da evolução da qualidade do ar – relação com o desenvolvimento industrial e urbano;</p> <p>Principais poluentes, fontes e consequências da poluição do ar;</p> <p>Estratégias e ações para monitoramento da qualidade do ar, redução de emissões e controle da poluição atmosférica;</p> <p>Matriz energética brasileira: atual e série histórica;</p> <p>Aspectos históricos no desenvolvimento da energia elétrica;</p> <p>Fontes alternativas e renováveis de energia;</p> <p>Energia renovável como fator de sustentabilidade – exemplos práticos;</p> <p>Recuperação energética e valorização de materiais – reciclagem.</p>	06
<p>5. Planos de gestão de recursos naturais locais.</p>	06
<p>TOTAL</p>	30

METODOLOGIA

- Aulas expositivo-dialogadas
- Leitura e interpretação de textos;
- Visitas técnicas e/ou aula de campo;
- Seminários temáticos;
- Estudos de casos de Planos de Gestão de Recursos Naturais locais.



AVALIAÇÃO

- participação nas aulas, nos debates e presença;
- produção de resenhas dos textos lidos;
- estudos dirigidos;
- apresentações de seminários;
- avaliação contínua escrita;
- elaboração de Plano de Gestão de Recursos Naturais Local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Benedito. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Pearson, 2005. ISBN: 9788576050414

DERISIO, José Carlos. **Introdução ao Controle de Poluição Ambiental** - 4ª ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2012. ISBN: 9788579750465.

TOMASULO, Pedro Luis Batista. **Gestão da biodiversidade: uma análise com foco na preservação ambiental**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. ISBN: 9788544301692.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos: Informe 2014**. Brasília, DF. 2015. 107 p.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). "Informações sobre Recursos Hídricos". **Conjuntura dos recursos hídricos**. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

DERISIO, José Carlos. **Introdução ao controle da poluição ambiental**. São Paulo: Oficina de textos. 5ª edição. 2017. ISBN: 978-85-7975-273-5

FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; ZUFFO, Antônio Carlos; FERRÃO, André Munhoz de Argollo. **Indicadores de Sustentabilidade em Engenharia: Como Desenvolver**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. ISBN 9788535277067

FREITAS, Marcos; RIBEIRO, Marta F.; ROSA, Luiz Pinguelli. **Vulnerabilidade e ações de adaptação dos recursos hídricos às mudanças climáticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

FREITAS, Riane Nunes Marcos; ROSA, Luiz Pinguelli. **Vulnerabilidade dos recursos hídricos no âmbito regional e urbano**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. ISBN: 978-85-7193-221-0.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos** - 2ª ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2010.

LIRA, Waleska Silveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa**. Campina Grande: Editora EDUEPB, 2013. ISBN: 9788578792824

NUNES, Riane; FREITAS, Marcos A. V. **Vulnerabilidade dos recursos hídricos no âmbito regional e urbano**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

POLETO, Cristiano. **Bacias hidrográficas e Recursos Hídricos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

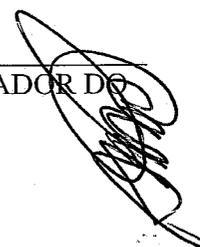
SANTOS, Humberto Gonçalves, et al. **Sistema brasileiro de classificação de Solos**. Embrapa, 2013. ISBN 978-85-7035-198-2.

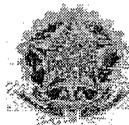
SILVA, Luciene Pimentel da. **Hidrologia - Engenharia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. ISBN: 9788535277340

SOARES, Stela de Almeida. **Gestão de recursos hídricos**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

ASSINATURA DO CHEFE DO
DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO
CURSO





 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
--

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR					CARIMBO / ASSINATURA		
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO							
Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C.	H.	MÓDULO
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	PROJETO COLETIVO II	09	09	01	18		II

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

Diagnóstico, planejamento e execução de projeto ambiental e cultural em comunidades contra-hegemônicas, periféricas.

OBJETIVOS A SEREM DESENVOLVIDOS

- Realizar diagnóstico ambiental e cultural;
- Planejar projeto interdisciplinar ambiental e cultural;
- Integrar e interagir as áreas de conhecimento do módulo;
- Realizar avaliação interdisciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

• Diagnóstico ambiental e cultural;	5
• Planejamento do projeto interdisciplinar ambiental e cultural a partir de situações-problema identificadas em visitas de campo;	5

<ul style="list-style-type: none"> • Integração e interação das áreas de conhecimento: Educação Popular; Educação Planetária e Agroecologia; Turismo e Sustentabilidade; Povos e Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente; Recursos Naturais. • Avaliação interdisciplinar 	5 3
TOTAL	18

METODOLOGIA

- Debates abertos sobre os temas apresentados;
- Grupo Focal;
- Trabalhos de Campo.

AVALIAÇÃO

- Observação do nível de participação, frequência e comprometimento com as atividades propostas;
- Análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACOSTA, Alberto. **Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

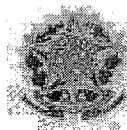
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.



SANTOS, Boaventura de Sousa. "O lugar e o cotidiano". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 584-682.





 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO <i>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS RECIFE</i>
--

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR					CARIMBO / ASSINATURA		
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO							
Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C.	H.	MÓDULO
		Teórica	Prática		TOTAL (H/A)	TOTAL (H/R)	
	SEMINÁRIO INTEGRADOR	09	09	01	18		II

Pré-requisitos	Sem pré-requisito	Correquisitos	Sem Correquisito
----------------	-------------------	---------------	------------------

EMENTA

Estudo e execução de projetos de trabalho: objeto, objetivos, justificativa, metodologia, cronograma.

OBJETIVOS A SEREM DESENVOLVIDOS

- Construir Projeto de Trabalho;
- Avaliar Projeto de Trabalho em construção;
- Socializar Projetos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CH

Criação dos projetos de trabalho: objeto, objetivos, justificativa, metodologia, cronograma;	6
--	---

Processo de avaliação diagnóstico-formativa dos projetos de trabalho	6
Socialização dos projetos de trabalho;	6
TOTAL	18

METODOLOGIA

- Debates abertos sobre os temas apresentados;
- Seminários.

AVALIAÇÃO

- Observação do nível de participação, frequência e comprometimento com as atividades propostas;
- Análise da qualidade acadêmica das atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelos estudantes;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Peirópolis, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, out. de 2002: p. 237-280.
- THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

